



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES
CENTRO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A INDÚSTRIA BRASILEIRA: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E
REPRIMARIZAÇÃO NO SÉCULO XXI**

Micael Gustavo Krindges

Lajeado, novembro de 2023

Micael Gustavo Krindges

1

A INDÚSTRIA BRASILEIRA: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO NO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de TCC II do
curso de Relações Internacionais da
Univates.

Orientador: Prof. Mateus Dalmáz

Lajeado, novembro de 2023.

3

Micael Gustavo Krindges

A INDÚSTRIA BRASILEIRA: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO NO SÉCULO XXI

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais:

Prof. Dr. Mateus Dalmáz – orientador
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Dr. Edmilson Milan
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Dr. Rafael Luis Spengler
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Lajeado/RS, novembro de 2023

AGRADECIMENTOS

Por todo o auxílio prestado durante o desenvolvimento desta monografia de Conclusão de Curso, expresso a minha gratidão:

aos meus pais, Sirlei e Airton, que junto à minha irmã Lara, não mediram esforços para que minha trajetória acadêmica se realizasse da melhor forma possível;

ao meu orientador, Prof. Dr. Mateus Dalmáz, que durante vida acadêmica em geral, e na última etapa da graduação, me acompanhou e auxiliou com toda sua dedicação e paciência;

à Dra. Fernanda Barasuol, que foi a minha orientadora na primeira parte do desenvolvimento desta monografia, me ajudou a encontrar o caminho do trabalho;

à Univates, por todas as oportunidades que me permitiu vivenciar enquanto estudante;

aos professores de Relações Internacionais da instituição, que por seus ensinamentos me permitiram uma formação de excelência;

aos colegas e amigos do curso, que tornaram toda a caminhada mais alegre e gratificante.

“Antes de pensar, observe”

- Raúl Prebisch

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução do produto manufatureiro, PIB, gasto público, consumo, investimento, importação e exportação. 2001 – 2016.....	49
Gráfico 2 Participação da Indústria de transformação no PIB, em termos percentuais.1947 – 2017.....	51
Gráfico 3 Participação do Agronegócio no PIB do Brasil. 2013 - 2022	52
Gráfico 4 Importação de Bens de Consumo Duráveis. 1997 – 2022	53
Gráfico 5 Coeficiente de Penetração das Importações da Indústria de Transformação (Média-Alta Intensidade) Tecnológica. 2002 - 2017	54
Gráfico 6 Coeficiente de Penetração das Importações da Indústria de Transformação (Alta Intensidade Tecnológica), precisamente produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos e Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e outros. 2002 - 2017.....	55
Gráfico 7 Valor total das exportações brasileiras (FOB) em dólares. 1997 - 2022.....	57
Gráfico 8 Exportações de Animais Vivos e Produtos do Reino Animal, Código Seção I. 1997 – 2022. Valor na modalidade FOB e moeda dólar	58
Gráfico 9 Exportações de Produtos do Reino Vegetal. Código e Seção II. 1997 – 2022. Valor na modalidade FOB e moeda dólar	59
Gráfico 10 Exportações da Classificação por Grande Categorias Econômicas (CGCE) de códigos 210 (Alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria), 230 (Insumos industriais básicos), 322 (Bens de consumo não duráveis), 323 (Alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente ao consumo doméstico) e 410 (Combustíveis e lubrificantes básicos). Código e Seção II. 1999 – 2022. Valor na modalidade FOB e moeda dólar.	60
Gráfico 11 Valor total das exportações dos setores de alta Intensidade tecnológica. 2008 – 2017. Valor na modalidade FOB e em bilhões de dólares.....	61
Gráfico 12 Taxa de câmbio. 1995 – 2022. Taxa comercial, reais (R\$) x dólares (US\$)	64
Gráfico 13 Sub-Índices de preços das <i>Commodities</i> . 1992 – 2011. Preço em dólares.....	65
Gráfico 14 Transações correntes do Brasil em termos % ao PIB. 1995 – 2017.....	66
Gráfico 15 Taxa de crescimento do PIB e da Indústria de Transformação (%) e Taxa Real Efetiva de Câmbio. 1996-2008.....	68

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	14
2.1 Metodologia.....	14
2.2 Teoria Cepalina e Novo Desenvolvimentismo - Concepções de Prebisch, Celso Furtado e Bresser Pereira	15
2.3 Sobre o Conceito de Industrialização e Desindustrialização	24
2.3.1 Industrialização	25
2.3.2 Desindustrialização	26
2.3.3 Sobre as causas da Desindustrialização	28
2.4 Considerações Finais.....	31
3. COMÉRCIO EXTERIOR, SETOR AGRO EXPORTADOR BRASILEIRO, CÂMBIO E LIGAÇÃO DESTES COM A INDÚSTRIA	32
3.1 Comércio Exterior.....	33
3.1.2 Contextualização Teórica sobre as Exportações agrárias Brasileiras.....	37
3.2 Taxa de Câmbio e Juros - Importações, Exportações e Industrialização.....	41
4. BRASIL: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO - ANÁLISE DO DESEMPENHO DE SETOR INDUSTRIAL DAS ÚLTIMAS DÉCADAS	46
4.1 O Caso Brasileiro.....	48
4.1.1 Participação da Indústria de Transformação no PIB.....	50
4.1.2 Importações	52
4.1.3 Exportações.....	57
4.1.4 Taxa de Câmbio.....	62
4.2 Considerações Finais do Capítulo.....	69
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	78

RESUMO

Ao longo dos últimos anos é o Brasil vem demonstrando sinais visíveis de desindustrialização. Entre 2005 e 2020, a indústria brasileira encolheu 1,5% anualmente. Enquanto a manufatura brasileira encontra-se em ritmo de baixa, o setor agro-exportador vem registrando taxas de crescimento ano após ano. A participação do setor agrícola no PIB brasileiro aumentou consideravelmente, puxados principalmente pelas exportações destes. Conforme aponta estudo realizado pelo IPEA (2011), uma economia voltada para a exportação de produtos brutos tem menor potencial de geração de riqueza, criação de emprego e arrecadação tributária do que se tais recursos naturais fossem beneficiados no país, além de gerar maior desigualdade social. Os mesmos estudos da IPEA (2011) também indicam que a redução da produção de bens de alta complexidade, caso se torne permanente, gerará efeitos negativos sobre a taxa de crescimento do PIB per capita brasileiro, sobre o nível de desigualdade de renda e também sobre o desenvolvimento econômico. Portanto, define-se que a desindustrialização possui características negativas para a economia. Essa também é a hipótese assumida neste presente trabalho. Partindo da hipótese que o Brasil passou a apresentar alguns sinais nesse sentido, passou a ser necessária a averiguação de um possível processo de desindustrialização. Servindo como orientação para a elaboração da pesquisa, o pressuposto de que o processo de desindustrialização deve ser encarado como um processo nocivo e que prejudica o crescimento econômico no longo prazo foi ancorado como ponto central da problematização do trabalho. Neste sentido, o objetivo geral desta monografia é analisar as mais distintas características da indústria, avaliando indicadores importantes como o câmbio, coeficientes de importação e exportação, participação em PIB e principalmente teorizando conceitos teóricos relacionados ao tema. Já o objetivo específico da monografia é verificar se existe o aquecimento do setor primário brasileiro enquanto ocorre o desaquecimento da indústria, caracterizando os fenômenos de desindustrialização e reprimarização. Com a intenção de verificar se as hipóteses formuladas se aplicam, utiliza-se a abordagem exploratória, que não resultará em respostas e conclusões exatas e precisas, e sim, em considerações reflexivas e detalhadas (Chemin, 2015). Para tal, se fará uso das hipóteses desenvolvidas como guia para a investigação, que empregará fontes bibliográficas. A metodologia quantitativa, por sua vez, permitiu a formulação de um texto coeso, reflexivo, com forte poder de argumentação e comprovação, fazendo uso de uma diversidade de fontes e dados que o enriquecem. As teorias que são utilizadas para compreender o contexto e analisar o possível processo de desindustrialização e reprimarização brasileiro são o Desenvolvimentismo do argentino Raúl Prebisch (1949), a Teoria da Dependência do brasileiro Celso Furtado (1954) e o Novo Desenvolvimentismo de Bresser Pereira (2010). Estas são utilizadas como referencial teórico para analisar as relações e econômicas e internacionais, visto que o tema envolve múltiplos processos complexos.

Palavras-chave: Indústria Brasileira. Reprimarização. Desindustrialização. Câmbio. Novo Desenvolvimentismo.

ABSTRACT

Over the past few years, Brazil has been demonstrating visible signs of deindustrialization. Between 2005 and 2020, Brazilian industry shrank by 1.5% annually. While Brazilian manufacturing is at a declining pace, the agro-export sector has been recording growth rates year after year. The participation of the agricultural sector in Brazilian GDP increased considerably, driven mainly by their exports. As shown by a study carried out by IPEA (2011), an economy focused on the export of raw products has less potential for wealth generation, job creation and tax collection. than if such natural resources were benefited in the country, in addition to generating greater social inequality. The same studies by IPEA (2011) also indicate that the reduction in the production of highly complex goods, if it becomes permanent, will generate negative effects on the growth rate of Brazilian GDP per capita, on the level of income inequality and also on economic development. Therefore, it is defined that deindustrialization has negative characteristics for the economy. This is also the hypothesis assumed in this present work. Based on the hypothesis that Brazil began to show some signs in this regard, it became necessary to investigate a possible deindustrialization process. Serving as guidance for the preparation of the research, the assumption that the deindustrialization process must be seen as a harmful process that harms economic growth in the long term was anchored as a central point in the problematization of the work. In this sense, the general objective of this monograph is to analyze the most distinct characteristics of the industry, evaluating important indicators such as exchange rate, import and export coefficients, participation in GDP and mainly theorizing theoretical concepts related to the topic. The specific objective of the monograph is to verify whether there is a warming of the Brazilian primary sector while the industry is slowing down, characterizing the phenomena of deindustrialization and reprimarization. With the intention of verifying whether the formulated hypotheses apply, an exploratory approach is used, which will not result in exact and precise answers and conclusions, but rather in reflective and detailed considerations (Chemin, 2015). To this end, the hypotheses developed will be used as a guide for the investigation, which will employ bibliographic sources. The quantitative methodology, in turn, allowed the formulation of a cohesive, reflective text, with a strong power of argumentation and proof, making use of a diversity of sources and data that enrich it. The theories that are used to understand the context and analyze the possible process of Brazilian deindustrialization and reprimarization are the Developmentalism of the Argentinean Raúl Prebisch (1949), the Dependency Theory of the Brazilian Celso Furtado (1954) and the New Developmentalism of Bresser Pereira (2010). These are used as a theoretical framework to analyze economic and international relations, as the topic involves multiple complex processes.

Keywords: Brazilian Industry. Reprimarization. Deindustrialization. Exchange. New Developmentalism.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento e desenvolvimento da indústria nacional brasileira voltou a ser objeto de intensa discussão nos últimos anos. O assunto mobilizou um grande número de acadêmicos, empresas, trabalhadores, sindicatos, representantes governamentais e imprensa em geral. Grande parte deste debate, conforme aponta Célio Hiratuka (2010), tem ocorrido em torno da existência e da intensidade de um processo de desindustrialização na economia brasileira no período recente.

Um segundo grupo de escritores, principalmente fundamentados nas premissas de Schumpeter, atribuem uma importância especial à indústria dentro da economia de um Estado, alegando que esse setor detém numerosas vantagens em comparação com outros (Oreiro, 2010). Conforme estes autores, a indústria deve atuar como o propulsor do crescimento econômico de longo prazo de um país, devido à presença de economias de escala crescentes, integração vertical nas cadeias produtivas, assimilação e disseminação de novas técnicas de produção e maior valor agregado voltado para exportação. Nesse contexto, fazer uma análise detalhada do processo de desindustrialização é essencial, uma vez que, dependendo do estágio de desenvolvimento de um país, esse processo pode ser altamente prejudicial, especialmente para o crescimento econômico de longo prazo (Oreiro, 2010).

Indústria refere-se à transformação de matérias-primas em componentes intermediários ou produtos acabados por meios fundamentalmente mecânicos dependentes de fontes de energia (Moore, 1968). A indústria é um setor econômico que engloba atividades relacionadas à transformação de matérias-primas, recursos naturais e componentes em produtos acabados. Essa transformação geralmente envolve processos complexos que agregam valor aos materiais de origem, resultando em bens manufaturados, semimanufaturados ou produtos intermediários. A indústria desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico de um país, contribuindo para o crescimento, a geração de empregos, a inovação tecnológica e o aumento da produtividade. A indústria é um motor essencial para o crescimento econômico, criando cadeias de valor que se estendem por toda a economia. Além disso, desempenha um papel crucial na promoção da inovação, uma vez que muitos avanços tecnológicos têm origem nas atividades industriais. Portanto, a saúde e a

vitalidade da indústria são fundamentais para o desenvolvimento sustentável de um país e a sua capacidade de competir no cenário global.

Conforme aponta estudo realizado pelo IPEA (2011), uma economia voltada para a exportação de produtos brutos tem menor potencial de geração de riqueza, criação de emprego e arrecadação tributária do que se tais recursos naturais fossem beneficiados no país, além de gerar maior desigualdade social. Os mesmos estudos da IPEA (2011) também indicam que a redução da produção de bens de alta complexidade, caso se torne permanente, gerará efeitos negativos sobre a taxa de crescimento do PIB per capita brasileiro, sobre o nível de desigualdade de renda e também sobre o desenvolvimento econômico.

É evidente que nos últimos anos ocorreu um aumento notável na fatia de setores relacionados a produtos primários nas exportações brasileiras, ao passo que houve uma diminuição na parcela destinada aos produtos industrializados. Apesar das tentativas de promover a industrialização, o Brasil está passando por uma alteração na estrutura produtiva de suas exportações, movendo-se em direção a uma maior ênfase em produtos primários. Com um cenário favorável para as exportações, impulsionado pelo aumento do comércio internacional e pela demanda externa, combinado com bases históricas de produção voltadas para o agronegócio (Meyer; Paula, 2009), o Brasil expandiu suas vendas de produtos primários no mercado internacional.

Ao longo dos últimos anos também é visível sinais de um processo de desindustrialização dentro do Brasil. Entre 2005 e 2020, a indústria brasileira encolheu 1,5% anualmente. Enquanto a manufatura brasileira encontra-se em ritmo de baixa, o setor agro-exportador vem registrando taxas de crescimento ano após ano. De acordo com matéria publicada no site Canal Rural (2021), no ano de 2020 o setor agro foi o único setor que obteve crescimento, com um aumento de 6%, no mesmo ano os setores extrativistas e de indústria de transformação tiveram retração nas exportações.

No Brasil, a pesquisa e os debates a respeito da desindustrialização ganharam notoriedade de fato a partir dos anos 2000. Os primeiros trabalhos definiam desindustrialização como uma perda relativa da indústria persistente tanto do emprego quanto do valor adicionado. Direcionando a sua atenção na importância da indústria nacional, ou seja, direcionam boa parte dos esforços, de pesquisa, com o

intuito de avaliar o desempenho da indústria nacional. A premissa dos autores é de que o processo de desindustrialização possui características negativas para a economia. Essa também é a hipótese assumida neste presente trabalho. Partindo da hipótese que o Brasil passou a apresentar alguns sinais nesse sentido, passou a ser necessária a averiguação de um possível processo de desindustrialização. Ao mesmo passo, a participação do setor agrícola no PIB brasileiro aumentou consideravelmente, e da mesma forma as exportações de produtos agrícolas. Desta maneira, o presente trabalho apresenta como problemática: existem de fato a desindustrialização e a reprimarização do país, e estas estão vinculadas uma com a outra? Diante do exposto até aqui, o objetivo geral deste trabalho é analisar as mais distintas características da indústria, avaliando indicadores importantes como o câmbio, coeficientes de importação e exportação, participação em PIB e principalmente teorizando conceitos teóricos relacionados ao tema. Por fim, e muito importante, o objetivo específico da monografia é verificar se existe o aquecimento do setor primário brasileiro enquanto ocorre o desaquecimento da indústria, caracterizando os fenômenos de desindustrialização e reprimarização.

Portanto, para este trabalho, averiguar quais os motivos levaram a indústria nacional a apresentar os resultados de hoje é um desafio. Números estes que temos como hipótese que estão menos dinâmicos do que em outros momentos. Levantar a questão sobre qual tipo de processo ou fenômeno tem levado a indústria nacional a iniciar este percurso é relevante também. A priori, estes sinais não são novidade na literatura econômica e, de um ou de outro modo, é um processo que já afetou - ou ainda afeta - diversas nações no mundo, em alguns casos surgindo até mesmo em nações desenvolvidas. Mas há também casos relatados na literatura de indícios do processo também em nações subdesenvolvidas; a esse processo de perda severa da dinâmica da indústria, a literatura tem chamado, como citado anteriormente, de desindustrialização.

No intuito de analisar as hipóteses citadas acima, um trabalho de investigação é feito. Para atestar sua veracidade ou inexatidão, as hipóteses apresentadas são submetidas a um enquadramento teórico. A pesquisa é realizada sob as perspectivas da Teoria da Dependência de Celso Furtado, do Desenvolvimentismo de Prebisch e também da muito importante corrente do Novo Desenvolvimentismo do autor Bresser Pereira. A metodologia empregada neste trabalho estará baseada em uma abordagem exploratória, que não resultará em respostas e conclusões exatas e

precisas, e sim, em considerações reflexivas e detalhadas (Chemin, 2015). Para tal, se fará uso das hipóteses desenvolvidas como guia para a investigação, que empregará fontes bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

O presente capítulo tem como objetivo esclarecer os referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa. O capítulo está organizado em quatro grandes seções: “Metodologia”; “Teoria Cepalina e Novo Desenvolvimentismo - concepções de Prebisch, Celso Furtado e Bresser Pereira”; “Sobre o conceito de Industrialização e Desindustrialização” e “Considerações Finais”. Inicialmente, são introduzidos os procedimentos metodológicos e fornecidas informações sobre o tipo de pesquisa e técnicas para coleta e análise de dados. Após, é feito um apanhado sobre assuntos e instrumentos técnicos que envolvem a pauta do tema da industrialização, trazendo conceitos-chaves que são utilizados no decorrer do trabalho. Por fim, são pormenorizadas teorias do campo da Economia, utilizadas também na área das Relações Internacionais, com o intuito de ajudar a compreender e desenvolver o tema da pesquisa. Portanto, neste primeiro quadro da monografia estarão os fundamentos que são utilizados no embasamento da escrita da mesma.

2.1 Metodologia

O presente trabalho possui caráter de pesquisa quantitativa. A pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros (Michel, 2005).

Para analisar os dados da indústria brasileira e se obter os dados do setor, é utilizada a pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2018), nos estudos históricos a pesquisa bibliográfica é essencial, considerando que em muitas situações não existe outra maneira de estudar sobre o passado a não ser através de dados bibliográficos.

A pesquisa também utiliza dados oficiais fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), ComexStat e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são organizados de forma a possibilitar variadas análises sobre diversos segmentos e informações do setor industrial, como também fornecer dados para atestar determinado ponto de vista e escrito. Segundo Gil (2018), a pesquisa bibliográfica é constituída de livros e artigos

científicos, tomando como base materiais já elaborados. De acordo com o autor, a grande vantagem desse tipo de pesquisa é que a mesma permite abranger fenômenos de forma mais ampla, se comparada com uma pesquisa feita diretamente pelo investigador. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo disponibilizar ao pesquisador acesso a tudo que já tenha sido escrito, falado ou filmado sobre determinado assunto. Esse tipo de pesquisa não deve ser considerado uma repetição do que já se conhece sobre o tema, pois proporciona informações já estudadas para obter-se uma nova percepção ou nova abordagem acerca de um determinado assunto.

A monografia consiste em uma pesquisa explicativa, pois tem o objetivo de identificar variáveis que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. Com o uso da mesma, a visão do tema é mais detalhada e o grau de complexidade e entendimento também é maior, tornando-se uma excelente maneira para fundamentar os assuntos de industrialização, desindustrialização, reprimarização, taxa de câmbio e os efeitos destas na economia brasileira.

2.2 Teoria Cepalina e Novo Desenvolvimentismo - Concepções de Prebisch, Celso Furtado e Bresser Pereira

Inicialmente, o capítulo abordará o material teórico escolhido e utilizado no desenvolvimento da monografia. As escolas teóricas empregadas neste trabalho de análise sobre a indústria brasileira são a Cepalina e Novo Desenvolvimentista. Mais precisamente, as teorias utilizadas para compreender o contexto e analisar o possível processo de desindustrialização e reprimarização brasileiro são o Desenvolvimentismo do argentino Raúl Prebisch, a Teoria da Dependência do brasileiro Celso Furtado e o Novo Desenvolvimentismo de Bresser Pereira.

O pertencimento do Brasil ao grupo dos não desenvolvidos tem um impacto significativo, pois o subdesenvolvimento não se configura unicamente como uma etapa de progresso, mas sim como um processo histórico decorrente da imposição forçada estabelecida pelo sistema capitalista (Furtado, 2000). Como mencionado por Fonseca (1983), o termo desenvolvimentismo está associado às teorias cepalinas. Pedro Fonseca (1983) também argumenta que, devido à falta de uma definição mais precisa, o conceito de desenvolvimentismo frequentemente se confunde com outros fenômenos econômicos. Em diversos casos, esses fenômenos correspondem às

práticas que promovem a industrialização e o intervencionismo, abrangendo políticas econômicas expansionistas voltadas para o crescimento, planejamento e a criação de empresas e bancos de fomento estatais. Geralmente, essas práticas estão acompanhadas por uma retórica que incorpora ideais nacionalistas, conforme descrito pelo economista gaúcho Pedro Cezar Dutra Fonseca em seu artigo. Quanto à Escola do Novo Desenvolvimentismo, de maneira concisa, ela constitui uma perspectiva econômica que ressalta o papel do Estado no desenvolvimento econômico e busca superar as restrições associadas ao neoliberalismo.

Em 1948, surge a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Seu intuito é impulsionar o progresso econômico e social sustentável na América Latina e no Caribe. A CEPAL desempenha um papel relevante na análise econômica e no aconselhamento político aos países da região, bem como na promoção da cooperação regional e internacional. A organização ficou notabilizada pelo seu enfoque estruturalista, que se dedicou à análise das estruturas econômicas e sociais dos países, notadamente os da América Latina. Isso abarca a avaliação das interações entre setores econômicos, a distribuição de renda, o processo de industrialização e a dependência econômica. Adicionalmente, a CEPAL sublinha a importância da industrialização como um meio de fomentar o desenvolvimento econômico. Isso compreende a diversificação da economia e a redução da dependência em relação a produtos primários e agrícolas. A organização também advoga pela noção de que os países da América Latina deveriam buscar um desenvolvimento autônomo adaptado às suas características e necessidades particulares, muitas vezes requerendo a intervenção do Estado na economia para corrigir desigualdades e promover um crescimento equitativo.

Globalmente, essa concepção assemelha-se às teorias neoclássicas e keynesianas do crescimento econômico, no que diz respeito à acumulação de capital, progresso técnico e a busca pelo desenvolvimento e crescimento. Contudo, uma distinção notável deve ser ressaltada: diferentemente desses modelos teóricos, a CEPAL não busca examinar a acumulação de capital e o progresso técnico em uma economia capitalista isolada, mas prioriza a compreensão do desenvolvimento em um sistema global composto por áreas econômicas diferenciadas denominadas centro e periferia. A CEPAL reconhece a histórica disparidade no crescimento econômico entre o centro e a periferia.

Na organização, destacam-se economistas renomados, incluindo o brasileiro

Celso Furtado e o argentino Raúl Prebisch. Ainda que Furtado não tenha sido membro oficial da CEPAL, suas ideias sobre desenvolvimento econômico autônomo e estrutura dualista exerceram uma influência significativa na teoria e política da organização. Prebisch é reconhecido como um dos economistas mais proeminentes da CEPAL. Ele desenvolveu a "Teoria da Dependência", que realçava as desigualdades nas relações comerciais internacionais e a necessidade de industrialização nos países em desenvolvimento.

Prebisch apresentou o estudo intitulado "O desenvolvimento económico da América Latina e alguns dos seus principais problemas", que fundamenta um modelo interpretativo da transformação que as economias do continente experimentam. Segundo sua teoria do desenvolvimento, os países latino-americanos tinham renda média inferior à dos países desenvolvidos devido a disparidades na produtividade econômica entre o chamado "centro" e a "periferia". O centro consistia nos países industrializados, enquanto a periferia englobava as nações subordinadas às necessidades dos países centrais.

Conforme a Teoria do Desenvolvimento de Prebisch (1949), a periferia era caracterizada por economias pouco desenvolvidas, que normalmente exportavam matérias-primas e importavam produtos manufaturados, ao passo que as economias dos países centrais atuavam de modo inverso. Portanto, observa-se que os países centrais desfrutavam de duas vantagens nas relações comerciais: exportam produtos manufaturados de alto valor agregado e importam, predominantemente dos países periféricos, produtos de baixo valor agregado, majoritariamente bens primários. Seguindo a mesma perspectiva cepalina e desenvolvimentista de Prebisch, o brasileiro Celso Furtado contribuiu de forma significativa para a teoria industrial. Furtado é um economista de renome no Brasil e é conhecido por suas notáveis contribuições no campo da economia do desenvolvimento e suas teorias sobre o crescimento econômico.

O ponto central do pensamento de Furtado é a sua análise do do subdesenvolvimento ao nível da economia nacional. Segundo a sua teoria de Estrutura Dualista: Furtado desenvolveu a ideia de na qual as economias subdesenvolvidas apresentam uma coexistência de setores modernos e tradicionais. Ele argumentou que essa dualidade era uma característica intrínseca ao subdesenvolvimento e influenciava as políticas de desenvolvimento. Isto é, existiram numa economia subdesenvolvida dois setores básicos: o primeiro é o núcleo onde já

penetrou a forma capitalista de produção, denominado de setor “avançado”; e o segundo, composto de um subsistema pré-capitalista que o resto da economia, é chamado de “atrasado”. Para que o desenvolvimento possa ocorrer, seria necessário, segundo Furtado, superar uma série de “obstáculos estruturais” que impedem a absorção do setor atrasado pelo avançado.

De acordo com Celso (1992), “o subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida”. Neste sentido, com a publicação de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* em 1961, Celso Furtado solidifica suas categorias analíticas fundamentais no processo de interpretação do desenvolvimento dos países latino-americanos, isto é, “A análise desse problema (o subdesenvolvimento) dentro de uma perspectiva histórica é de importância fundamental para compreender as modificações estruturais que estão ocorrendo atualmente na economia brasileira” (Furtado, 1954). A fim de comprovar sua interpretação e análise, Celso Furtado (1954, 1961) comparou e distinguiu as características das economias comerciais das economias industriais. Para Furtado (1954), portanto, a debilidade das economias periféricas estava na baixa produtividade estrutural dos fatores de produção, particularmente capital e trabalho. Furtado (1954) destacou que as principais diferenças entre uma economia baseada em transações comerciais e uma economia pautada pela produção industrial residiam no fato de que o aumento da produtividade de uma economia comercial que se respaldou na expansão territorial de seus mercados – a circulação de mercadorias – garantia o desenvolvimento técnico e o acúmulo de riqueza por aqueles que detinham as rotas comerciais. Nas economias industriais, por sua vez, o aumento da produtividade fundamenta-se no campo da produção. Nas palavras de Furtado (1954), “no momento em que se descobre que o aumento da produtividade pode ser conseguido não somente expandindo o comércio, mas também utilizando melhor os fatores de produção disponíveis dentro da comunidade, dá-se o passo decisivo que levará ao desenvolvimento de uma economia”.

Dentre as principais ideias e teorias associadas a Celso Furtado podemos destacar as seguintes: Teoria do Subdesenvolvimento: Furtado argumentou que o subdesenvolvimento não era apenas a ausência de desenvolvimento, mas sim um estágio de desenvolvimento específico, moldado por fatores históricos, sociais e

econômicos. Ele destacou a importância de entender as características e as causas do subdesenvolvimento para formular políticas econômicas eficazes.

Dependência: Furtado também fez contribuições importantes para a teoria da dependência, que argumenta que as economias dos países em desenvolvimento estão frequentemente subordinadas e dependentes das economias mais desenvolvidas. Ele explorou como essa dependência econômica poderia perpetuar o subdesenvolvimento e limitar o desenvolvimento autônomo.

Furtado vai além de Keynes, porém, ao frisar, na sua teoria, a importância da mudança tecnológica, tratando as inovações nesta área como “a fonte do desenvolvimento”. A simples transferência de tecnologias modernas intensivas em capital, proposta de origem neoclássica, é rejeitada por Furtado. Por esta razão, Furtado chama atenção para a importância da assimilação e adaptação destas tecnologias pelos países receptores como requisitos de seu desenvolvimento: evitaria-se desta maneira, as teses rejeicionistas dos defensores de uma tecnologia “apropriada” como uma única saída. É no tratamento realista e pouco utópico desta questão da tecnologia que se pode encontrar muitas ideias nas obras de Furtado relevantes para o debate deste assunto na década de 80.(GILBERT, 1984, p. 573)

Desenvolvimento e Industrialização: Celso defendeu a industrialização como uma etapa fundamental para o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento. Ele acreditava que a industrialização poderia criar empregos, aumentar a produtividade e diversificar a economia, reduzindo a dependência de setores agrícolas.

Estado e Planejamento: o economista brasileiro via o Estado como um ator importante na promoção do desenvolvimento econômico. Ele defendia a intervenção estatal para corrigir distorções econômicas e promover o crescimento equitativo. Ele também enfatizava a importância do planejamento econômico.

Furtado menciona frequentemente a concentração de renda como sendo um obstáculo estrutural. Por estimular o consumo de produtos de luxo, supostamente produzidos com alto coeficiente de capital por unidade de mão de obra, a concentração de renda orienta investimentos para os setores cujos processos são intensivos em capital. Assim, o efeito da concentração de renda seria parecido com o da introdução de tecnologias poupadoras de mão de obra em países onde existe um excedente estrutural deste fator. Desta forma, a exclusão da maioria da população implicaria que os investimentos feitos tenderiam a reforçar o processo do subdesenvolvimento. A superação de um obstáculo estrutural deste tipo permitiria que o

investimento, como motor do desenvolvimento, fosse canalizado para as atividades que levariam não só a uma maior produção, mas também a uma maior disponibilidade de bens e serviços. (GILBERT, 1984, p. 572)

As teorias de Celso Furtado tiveram um impacto significativo no campo da economia do desenvolvimento e influenciaram as políticas econômicas no Brasil e em outros países em desenvolvimento. Ele é amplamente reconhecido como um dos economistas mais importantes da América Latina e suas ideias continuam a ser discutidas e estudadas por economistas e acadêmicos em todo o mundo.

Através da Teoria das Vantagens Comparativas, Ricardo (1817) argumentou que os países terão benefícios das trocas comerciais. Porém, para o economista Raul Prebisch os resultados não se darão desta forma. Prebisch (1949) em seu relatório denominado de: “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas”, caracteriza a América Latina como um componente da periferia da economia mundial, encarregada da produção de *commodities* para os países industriais

Prebisch criticou a Teoria Ricardiana no que tange o escrito sobre que o ganho do aperfeiçoamento técnico é partilhado de maneira igual entre os países, seja por meio da redução dos preços, ou através de um aumento dos salários. Para a teoria de David Ricardo, o resultado é que os países da Periferia, produtores de bens primários, receberiam sua boa parcela de ganho através das trocas com os países do Centro e por este motivo, não necessitam se industrializar, caso contrário eles podem acabar perdendo as suas vantagens comparativas, uma vez que passarão a produzir seus produtos principais com ineficiência devido ao abandono do seu foco “principal”. Mas para Raul Prebisch, esse princípio da teoria apresentava falhas. Segundo o economista argentino, ao se considerar apenas os países do Centro os ganhos entre estes eram repartidos igualmente, porém, no momento em que a teoria passava a abranger os países da Periferia, o oposto ocorria. Raul apontava para a grande diferença entre os países, afirmando que a distribuição dos ganhos da produtividade não era proporcional entre Centro e Periferia:

A configuração socioeconômica periférica define um método específico de industrialização, implementação de avanço técnico e expansão, assim como um método particular de incorporar mão de obra e distribuir receitas. Em termos essenciais, o desenvolvimento econômico, a

geração de empregos e a distribuição de renda nas regiões periféricas diferem substancialmente do que ocorre nos estados centrais. As disparidades residem no fato de que as economias periféricas exibem uma estrutura pouco variada e tecnologicamente heterogênea, o que contrasta com a situação observada nos países centrais. Nesses, o sistema produtivo é diversificado, apresenta uniformidade de produtividade em toda sua extensão e dispõe de mecanismos para a criação e disseminação tecnológica, bem como de transmissão social de seus resultados, inexistindo tais mecanismos na periferia. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22).

Através de uma apresentação de dados, Raul Prebisch (1949) desmantela a teoria em que todos os países são beneficiados pelas trocas internacionais. O destacado economista Cepalino apresentou, através de documentos, dados que apontam que do ano de 1870 até 1938, o valor das *commodities* baixa continuamente em detrimento dos produtos manufaturados, ou seja, passou-se cada vez mais a se precisar de uma maior quantidade de produtos primários para se obter uma mesma quantidade de bens industrializados. Prebisch (1949) exemplificou da seguinte forma: nos anos 1930, só era possível comprar 63% dos produtos finais da indústria adquiridas nos anos 1860 com a mesma quantidade de produtos primários; ou seja, necessitavam-se, em média, de 58,6% mais produtos primários para comprar a mesma quantidade de artigos finais da indústria. As informações de Raul demonstravam que havia um claro rompimento do benefício da relação de trocas entre as matérias-primas e bens industrializados. Constatou-se então, que o comércio exterior entre países industrializados e periféricos, na verdade colabora para o subdesenvolvimento dos Estados agroexportadores.

Este fenômeno de perda do poder de compra por parte da Periferia em relação ao Centro foi chamado de “Deterioração dos Termos de Troca”. Este fato passou a ser identificado no sistema internacional de trocas, através dos resultados da modernização tecnológica, a qual gerou o resultado de desequilíbrios na distribuição dos frutos do desenvolvimento tecnológico entre os países. Logo, os ganhos do processo tecnológico se concentram nos países já desenvolvidos, chamados de Centro pelos teóricos Cepalinos. Tal fato trouxe aos países subdesenvolvidos e exportadores de *commodities*, perdas em termos de preços relativos ao longo dos anos, contrariando a teoria Ricardiana, que serviu de base para a divisão internacional do trabalho por muito tempo.

De acordo com o conceito de Centro-Periferia desenvolvido pelo economista Cepalino Raul Prebisch, a exportação e a importação possuem um importante papel na economia. Conforme publicado por Prebisch (1949) em “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas”, o Brasil é classificado como um país periférico subdesenvolvido, sendo dependente ao longo de sua história das exportações de *commodities* para conseguir realizar trocas internacionais e se desenvolver internamente.

A análise realizada pela CEPAL, sob a direção de Raul Prebisch e com a notável contribuição de Celso Furtado, revelou, com base na abordagem histórico-estruturalista, que a América Latina experimentou um prolongado processo de declínio nas condições de troca... De acordo com os estudiosos da CEPAL, para os países latino-americanos, não seria viável explorar oportunidades de comércio internacional equitativas devido às características únicas e singulares das estruturas econômicas nas economias periféricas. Considerava-se inadequada a tentativa dos países centrais de implantar modelos questionáveis de desenvolvimento, concebidos em circunstâncias específicas, em nações periféricas cujas peculiaridades impossibilitavam a busca do desenvolvimento econômico por meio da lógica ricardiana. Assim, o enfoque histórico-estruturalista da CEPAL abordou os fatores históricos, econômicos e sociais que influenciaram a heterogeneidade estrutural, impactando negativamente na distribuição de renda, no avanço da produtividade e nas condições de oferta na América Latina. (MORAES, 2019, p. 146)

Atualmente no contexto internacional tem-se uma demanda por produtos primários inferior à demanda por industrializados. Desta forma, os países que se especializarem em *commodities* passarão a ficar em situação de desvantagem econômica frente aos demais países com economia voltada para a produção de manufaturados. Desta maneira, ao passar do tempo, uma desigualdade econômica acaba sendo gerada entre Centro e Periferia, afetando assim o desenvolvimento da economia. O fato de o Brasil estar inserido no grupo de subdesenvolvidos faz toda a diferença, sendo que o subdesenvolvimento não se apresenta apenas como um estágio de evolução, mas sim como processo histórico (Furtado, 2000).

O Novo Desenvolvimentismo, uma corrente de pensamento econômico que emergiu nas últimas décadas, propõe uma abordagem revigorada para promover o desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento. Um dos proeminentes defensores dessa teoria é o economista brasileiro Luiz Carlos Bresser Pereira. Ele enfatiza o papel ativo do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, contrariando a crença na mínima intervenção do governo. Bresser Pereira (2010)

defende que os países em desenvolvimento devem adotar políticas econômicas que considerem suas características e necessidades específicas, ao invés de seguir um modelo único.

A industrialização é um pilar importante do Novo Desenvolvimentismo. Bresser Pereira argumenta que o setor industrial desempenha um papel fundamental na geração de empregos e no aumento da produtividade. Portanto, ele promove políticas que incentivam o crescimento da indústria nacional. Novo Desenvolvimentismo de Bresser Pereira (2010) oferece uma perspectiva alternativa e oportuna para o desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento. Ao enfatizar o papel do Estado, a busca por um desenvolvimento autônomo e a promoção da indústria, essa abordagem procura superar as limitações do neoliberalismo. No entanto, como em qualquer teoria econômica, a eficácia de suas propostas requer um debate aprofundado e a adaptação às condições específicas de cada país.

A desindustrialização, na perspectiva de Bresser Pereira, é um fenômeno de profundo significado econômico e social que tem marcado muitos países em desenvolvimento nas últimas décadas. Ela representa a redução da participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) e na estrutura econômica em favor de setores como os serviços e, frequentemente, as *commodities*. Segundo Bresser Pereira, esse processo está muitas vezes associado a uma apreciação cambial decorrente do influxo de divisas em decorrência da exportação de produtos primários, o que torna a produção manufatureira menos competitiva em termos de custo e prejudica sua participação no mercado global. Além disso, a desindustrialização acarreta consequências profundas, como a perda de postos de trabalho industriais, a redução da capacidade de inovação e o comprometimento do crescimento econômico. Bresser Pereira argumenta que a reversão desse fenômeno requer uma atuação ativa do Estado, adotando políticas que visem manter a taxa de câmbio em níveis competitivos para a indústria, bem como promover a diversificação da economia, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, garantindo, assim, uma base sólida para a reindustrialização e o crescimento econômico sustentável.

No contexto dos modelos de crescimento neoclássicos, a questão de saber se a desindustrialização ocorre ou não é irrelevante, uma vez que o crescimento a longo prazo é apenas uma consequência da “acumulação de fatores” e da “acumulação de

fatores”. Produção. Nestes modelos, uma unidade de valor acrescentado tem a mesma importância para o crescimento a longo prazo, independentemente de ser produzida na indústria, na agricultura ou no sector dos serviços. No entanto, várias escolas de pensamento heterodoxas acreditam que o processo de crescimento económico é específico da indústria. Mais especificamente, os economistas heterodoxos acreditam que a indústria é o motor do crescimento a longo prazo nas economias capitalistas (Thirwall, 2002; Tregenna, 2009) uma vez que: 1 – Os efeitos progressivos e retrógrados na cadeia de produção são mais fortes na indústria do que noutros sectores. Negócios. 2 – A maior parte das mudanças tecnológicas ocorre na indústria. Além disso, grande parte do progresso tecnológico alcançado no resto da economia perde-se fora da indústria transformadora. Em suma, a indústria é considerada “excepcional” no pensamento heterodoxo porque é uma fonte de retornos crescentes de escala (necessários para sustentar o crescimento a longo prazo), é uma fonte e/ou um grande contribuidor para o progresso tecnológico, e que permite flexibilização das restrições externas para o crescimento a longo prazo. Neste contexto, a desindustrialização é um fenómeno que tem um impacto negativo no potencial de crescimento a longo prazo, uma vez que limita a geração de lucros crescentes, abranda o ritmo do progresso tecnológico e aumenta as barreiras externas ao crescimento.

Portanto, tendo em mente os fatos citados acima, é clara a desvantagem que possui um país de economia voltada à agroexportação em comparação a um país industrializado focado na exportação de seus manufaturados. A perda do valor de troca das *commodities* afeta diretamente o desenvolvimento da economia dos países exportadores das mesmas, criando uma espécie de dependência dos mercados, produtos e serviços intensivos em conhecimento provenientes do exterior.

2.3 Sobre o Conceito de Industrialização e Desindustrialização

A contextualização é um elemento crucial na construção de qualquer trabalho académico, desempenhando um papel fundamental na transmissão de significado e na criação de uma base sólida para o desenvolvimento do tema. Os próximos subcapítulos têm como objetivo descrever e explicar os conceitos de Industrialização e Desindustrialização. Além disso, serão retratadas e apresentadas as causas que

podam levar ao processo de desindustrialização de um país, fornecendo um terreno comum de compreensão e delineando a importância do tema dentro de um contexto mais amplo.

2.3.1 Industrialização

Neste capítulo, entra-se na superfície da industrialização como um conceito teórico, buscando compreender de maneira geral suas raízes, dimensões e implicações fundamentais. A industrialização, como fenômeno econômico e social, ocupa um lugar central nas teorias e debates da ciência econômica e da sociologia. Ela é um processo que transcende fronteiras geográficas e temporais, tendo sido estudado, analisado e interpretado por uma ampla gama de teóricos ao longo dos séculos.

A industrialização não é apenas um conjunto de acontecimentos históricos ou um fenômeno observável, mas também uma construção teórica que nos permite explorar as complexas interações entre os agentes econômicos, as instituições sociais, as estruturas políticas e as mudanças tecnológicas. Conforme autores cepalinos e principalmente Raul Prebisch (1949), é através da lente teórica que podemos desvendar as causas subjacentes, os mecanismos de transformação e as variáveis que influenciam a trajetória da industrialização em diferentes contextos. A industrialização pode ser definida como o processo pelo qual uma economia agrária tradicional, na qual a maior parte da força de trabalho está empregada na agricultura e na qual a produção é principalmente para o consumo local, se transforma em uma economia industrial moderna, onde a produção em grande escala de bens e serviços é a norma, e onde a maior parte da força de trabalho está envolvida em atividades não agrícolas, como a manufatura e a prestação de serviços.

A industrialização no Brasil teve um início mais tardio em comparação com outras nações, conforme aponta Celso Furtado (1954). Embora tenha tido algumas incursões na indústria no final do século XIX, foi a partir da segunda metade do século XX que o processo ganhou impulso. A estratégia adotada pelo país durante grande parte do século XX foi a da "substituição de importações". Isso envolveu a promoção da produção interna de bens que antes eram importados, visando reduzir a dependência externa e fortalecer a indústria nacional. O capital das culturas agrícolas, especialmente do café, foi crucial para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Durante seu processo de industrialização, o Brasil viu uma diversificação notável em seus setores industriais. Setores como a manufatura, automobilística, química e metalúrgica ganharam destaque. Essa diversificação contribuiu para o crescimento econômico e a criação de empregos. A industrialização também coincidiu com um movimento significativo de urbanização no Brasil.

A industrialização no Brasil é uma história de crescimento e desafios. Embora o país tenha alcançado avanços notáveis na diversificação de sua base industrial e na melhoria das condições de vida de sua população, também enfrentou obstáculos significativos em seu caminho. O processo de industrialização continua a evoluir, à medida que o Brasil busca equilibrar o crescimento industrial com preocupações ambientais, sociais e econômicas em um mundo cada vez mais globalizado.

2.3.2 Desindustrialização

Primeiro, é definido com precisão o termo “desindustrialização” para separar o debate de tópicos relacionados, como “re-primarização da agenda de exportação” ou “doença holandesa”¹. São examinadas então as possíveis causas do processo de desindustrialização e as suas possíveis consequências para o crescimento a longo prazo da economia. Concluiremos esta nota com algumas evidências empíricas sobre o início da desindustrialização na economia brasileira.

A ideia "clássica" de "desindustrialização" foi caracterizada por Rowthorn e Ramaswamy (1999) como uma diminuição duradoura da parcela de empregos industriais em relação ao emprego total em um país ou região. Segundo essa definição, as nações consideradas desenvolvidas ou do "primeiro mundo" teriam experimentado um acentuado processo de desindustrialização a partir dos anos 1970, enquanto a América Latina teria enfrentado esse mesmo fenômeno nos anos 1990. (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 220)

Tregenna (2009) revisou o conceito "clássico" de desindustrialização de

¹ Bresser Pereira (2008), conceitua a doença holandesa como a crônica sobre apreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a tecnologia mais moderna existente no mundo. É um fenômeno estrutural que cria obstáculos a industrialização ou, se tiver sido neutralizada e o país se industrializou, mas, depois, deixou de sê-lo, provoca desindustrialização. Para mais detalhes, ver Bresser Pereira, (2008).

maneira mais ampla, definindo-o como uma situação na qual tanto o emprego industrial quanto o valor acrescentado industrial diminuem em relação ao emprego total e ao PIB, respetivamente. Uma observação crucial sobre o conceito ampliado de "desindustrialização" é que ele está alinhado com o crescimento físico (significativo) da produção industrial. Em outras palavras, uma economia se torna desindustrializada não quando a produção industrial estagna ou diminui, mas sim quando o setor industrial perde importância como fonte de emprego e/ou criação de valor para uma economia específica. Portanto, a simples expansão da produção industrial (em termos de quantidade) não pode ser usada como "evidência" de inexistência de desindustrialização. Os primeiros estudos definiam a desindustrialização como uma perda relativa persistente tanto do emprego quanto do valor acrescentado no setor industrial, ou seja, a proporção do emprego gerado na indústria de transformação em relação a outros setores diminui sistematicamente ao longo do tempo.

Em uma segunda análise, nota-se que a desindustrialização não está estritamente relacionada à "reprimarização da pauta de exportações". Na realidade, a redução da proporção do emprego e do valor acrescentado no setor pode ocorrer devido ao deslocamento de atividades industriais para o exterior, envolvendo mais mão-de-obra e/ou menor valor acrescentado. Nesse contexto, a desindustrialização pode coexistir com um aumento na proporção de produtos de maior conteúdo tecnológico e maior valor acrescentado na composição das exportações. Nesse cenário, a desindustrialização é considerada "positiva". No entanto, quando a desindustrialização acompanha a "reprimarização" da pauta de exportações, isto pode ser um indício do surgimento da "doença holandesa", ou seja, a desindustrialização causada por um aumento real nas taxas de câmbio decorrente da descoberta de recursos naturais escassos em uma determinada nação ou região. Nesse caso, a desindustrialização é classificada como "negativa" porque resulta de uma "falha de mercado" na qual a existência e/ou descoberta de recursos naturais escassos, com preços de mercado superiores ao custo social marginal de produção, leva à apreciação da taxa de câmbio real, com uma externalidade negativa sobre o setor produtor de bens industriais (Bresser Pereira, 2008).

As teorias contemporâneas, como a teoria da "manufatura fragmentada" e a

análise das cadeias globais de valor², contribuem para a compreensão dos padrões de desindustrialização atuais, em que a produção industrial é fragmentada e deslocada geograficamente em busca de eficiência e redução de custos. Essas teorias esclarecem a complexa interconexão entre os setores industrial e de serviços em uma economia globalizada.

2.3.3 Sobre as causas da Desindustrialização

Conforme mencionado por Rowthorn e Ramaswany (1999), a desindustrialização pode ser desencadeada por elementos internos e externos a uma economia específica. Os fatores endógenos consistem essencialmente de duas razões, a saber: uma alteração na relação entre a elasticidade-renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido do setor de serviços em comparação com o crescimento da produtividade na indústria. A elasticidade da procura por produtos importados e exportados reflete elementos competitivos inerentes à estrutura produtiva da economia como um todo. Tais elasticidades são, por sua vez, determinadas pelas características e atributos dos produtos importados e exportados, incluindo o grau de sofisticação tecnológica, o nível de diferenciação dos produtos e a capacidade doméstica de responder às alterações na demanda global. Nos países onde a composição das importações líquidas se caracteriza por conter níveis mais elevados de tecnologia do que os produtos exportados, esses atributos da estrutura das importações e exportações colocam a nação em uma trajetória insustentável de crescimento econômico, uma vez que enfrentará restrições significativas ao crescimento a longo prazo. O Brasil, durante a última década, parece apresentar claros sinais de ficar para trás (Nassif, 2013).

Quanto aos fatores externos que conduzem à desindustrialização, eles estão relacionados ao grau de integração comercial e produtiva das economias, isto é, ao estágio atingido pelo processo de globalização. Nesse contexto, diferentes países

² Ferraz, Gutierre e Cabral (2015) conceituam cadeias globais de valor (CGV) como a modalidade em que os bens são produzidos com insumos provenientes de diferentes países e, conseqüentemente, as exportações de um país dependem cada vez mais de valor acrescentado pelas indústrias fornecedoras. O processo de produção é globalmente fragmentado, no qual diferentes etapas da produção de um bem ou serviço são realizadas em locais geograficamente dispersos. O resultado é um produto final que incorpora contribuições de várias partes do mundo. Os autores também complementam que a inserção dos países emergentes nessas cadeias tem sido vista como uma condição fundamental para o seu desenvolvimento. Para mais detalhes ver Ferraz, Gutierre e Cabral (2015).

podem se especializar na produção de produtos manufaturados (como a China e a Alemanha) ou na produção de serviços (caso dos Estados Unidos e do Reino Unido). Além disso, alguns países podem direcionar sua especialização para a produção de produtos industriais qualificados com intensa utilização de mão de obra, enquanto outros podem direcionar seus esforços para a produção de produtos industriais não qualificados com alta intensidade de mão de obra. Esse modelo de desenvolvimento leva a um declínio relativo do emprego industrial no primeiro grupo e a um aumento do emprego industrial no segundo grupo.

A desindustrialização de um país pode ser influenciada por uma variedade de fatores, e as teorias cepalina e do Novo Desenvolvimentismo oferecem perspectivas distintas sobre essas causas. Dentro da teoria Cepalina, conforme Prebisch e Furtado, temos o seguinte: 1 - termos de troca desfavoráveis: Isso ocorre quando os preços das matérias-primas exportadas pelos países em desenvolvimento caem em relação aos preços dos bens manufaturados que importam. Isso resulta em menos divisas para investimento na indústria e prejudica a competitividade dos produtos manufaturados nacionais. 2 - especialização em produtos primários: a dependência excessiva de produtos primários e *commodities* nas exportações pode levar à desindustrialização. Quando um país concentra sua produção em setores de baixa intensidade tecnológica, ele perde a capacidade de competir internacionalmente na indústria de maior valor agregado. 3 - desigualdades na divisão internacional do trabalho: países em desenvolvimento muitas vezes são relegados a papéis específicos na divisão internacional do trabalho, com funções limitadas na produção global. Isso pode limitar suas oportunidades de desenvolver indústrias de alta tecnologia.

De acordo agora com Bresser Pereira, e a vertente teórico do Novo Desenvolvimentismo, os fatores para a desindustrialização são oriundos de políticas internas principalmente. Temos então os seguintes fatores: 1 - taxa de câmbio sobre apreciada: a taxa de câmbio sobre apreciada torna as exportações de produtos manufaturados menos competitivas. Isso ocorre quando a taxa de câmbio está em um nível que valoriza excessivamente a moeda nacional, tornando as importações mais baratas e prejudicando as indústrias domésticas. 2 - falta de políticas industriais ativas: a ausência de políticas industriais que incentivem a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento, e a produtividade da indústria nacional pode levar à desindustrialização. Sem incentivos para a indústria, ela pode perder competitividade.

3 - desafios de produtividade: a falta de avanços na produtividade e na eficiência da indústria pode dificultar a concorrência internacional. Sem investimentos significativos em tecnologia e capacitação, a indústria pode perder terreno.

A relação entre a proporção do emprego industrial (e do valor acrescentado) e o rendimento per capita pode ser afetada pela "doença holandesa". Nesse cenário, a abundância de recursos naturais pode provocar uma redução na parcela de emprego e valor acrescentado na indústria devido à apreciação da taxa de câmbio, resultando em uma perda de competitividade no setor industrial e em um crescente déficit comercial. Em outras palavras, a desindustrialização provocada pela "doença holandesa" está associada a déficits comerciais industriais crescentes e superávits comerciais no setor não industrial. A desindustrialização originada pela "doença holandesa" é também denominada de "desindustrialização precoce", uma vez que se inicia em um estágio de renda per capita inferior ao observado em nações desenvolvidas quando elas passaram pelo processo de desindustrialização. Consequentemente, os países afetados pela "doença holandesa" iniciam o processo de desindustrialização sem atingir o "ponto de maturidade" de suas respectivas estruturas industriais, sem esgotar todas as possibilidades de desenvolvimento econômico permitidas pelo processo de industrialização.

Este capítulo foi dedicado à análise teórica da desindustrialização, um fenômeno que tem suscitado preocupações em economistas, sociólogos e formuladores de políticas públicas nas últimas décadas. A desindustrialização é um fenômeno multifacetado que merece uma análise cuidadosa e contextualizada. Como os países buscam equilibrar o progresso tecnológico, a competitividade global e as preocupações sociais, a compreensão desses processos é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes. Ao longo de nossa investigação, foram exploradas facetas da desindustrialização, desde suas causas até suas consequências. Identifica-se que a desindustrialização não é necessariamente uma força negativa. Em alguns casos, ela pode ser resultado do progresso tecnológico e da evolução econômica, levando a uma economia mais orientada para serviços e tecnologicamente avançada. No entanto, também reconhecemos que a desindustrialização pode ser prejudicial quando acompanhada de desemprego estrutural, desigualdade e perda de capacidade produtiva.

2.4 Considerações Finais

Neste capítulo, foram esclarecidas etapas fundamentais da pesquisa científica do campo das Relações Internacionais e também das Ciências econômicas, no geral. Os procedimentos metodológicos apresentados são guias para a construção de uma pesquisa coesa e organizada. O marco teórico, por sua vez, indica que os assuntos tratados no texto são analisados sob uma perspectiva heterodoxa. Nos próximos capítulos, a pesquisa referente ao tema e pauta das exportações brasileiras agrícolas, comércio exterior, câmbio e setor industrial no Brasil é feita seguindo os métodos apresentados, e sua construção estará associada à uma visão teórica de autores Cepalinos e Novo Desenvolvimentistas. Neste quesito, se fez de suma importância entender os autores mais importantes destas escolas teóricas, como Bresser Pereira, Celso Furtado e Raul Prebisch, pois justamente através de seus escritos é que se pode ter uma ideia dos processos de industrialização no Brasil. O terceiro e próximo capítulo, especificamente, abordará assuntos conceituais e também introdutórios sobre temas importantes deste trabalho.

3. COMÉRCIO EXTERIOR, SETOR AGRO EXPORTADOR BRASILEIRO, CÂMBIO E LIGAÇÃO DESTES COM A INDÚSTRIA

O comércio exterior desempenha um papel fundamental na economia globalizada do século XXI. Para nações em desenvolvimento, como o Brasil, a dinâmica das exportações e importações possui implicações significativas no desenvolvimento econômico e social. Esta monografia aborda um tema de grande relevância: a interconexão entre o comércio exterior, o setor agro exportador brasileiro, as políticas cambiais e sua influência na indústria. A análise desses elementos é essencial para compreender os desafios e oportunidades enfrentados pelo Brasil no cenário econômico internacional.

Nos últimos anos, o Brasil se destacou como um dos principais exportadores de produtos agropecuários. Essa posição privilegiada no comércio global conferiu ao país um papel de destaque na arena internacional. No entanto, essa liderança no setor agro exportador tem gerado debates sobre as implicações para a economia brasileira como um todo. Questões relativas à especialização excessiva em produtos agrícolas e suas consequências para a indústria nacional tornaram-se centrais nas discussões econômicas.

O câmbio, por sua vez, desempenha um papel crítico nesse contexto. A taxa de câmbio afeta diretamente a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados internacionais. Portanto, a política cambial adotada pelo governo brasileiro desempenha um papel crucial na determinação do desempenho das exportações, especialmente no setor agro exportador. Questões de valorização ou desvalorização da moeda nacional têm implicações profundas em toda a economia.

Este capítulo busca examinar as conjecturas e conexões entre esses elementos-chave: comércio exterior, setor agro exportador, política cambial e indústria brasileira. Pretende-se avaliar como o crescimento das exportações do setor agropecuário, aliado às políticas cambiais, pode afetar a estrutura industrial do Brasil. O objetivo é contribuir para uma compreensão mais abrangente das complexas dinâmicas econômicas do país, fornecendo insights valiosos para formuladores de políticas, empresários e acadêmicos.

Ao longo deste capítulo, são explorados os desafios e as oportunidades enfrentados pelo Brasil em meio a essa intersecção de fatores. Analisaremos como o país pode equilibrar seu papel como um importante exportador de produtos agropecuários com a necessidade de fortalecer sua base industrial. Acreditamos que a compreensão das relações entre comércio exterior, setor agro exportador e políticas cambiais é essencial para traçar estratégias eficazes que impulsionem o crescimento econômico e a sustentabilidade em um mundo cada vez mais globalizado.

3.1 Comércio Exterior

O comércio internacional é um fator importante para o crescimento econômico de um país, sendo visto como a alternativa ideal para que os países aproveitem da melhor forma possível as possibilidades de troca de seus produtos com o restante do mundo (Cassano, 2001). No que tange os cofres públicos, as exportações são somadas ao consumo, investimentos e aos gastos do governo, as importações são deduzidas na composição da demanda agregada do país. Teoricamente, quando há o aumento de exportações de um país, isso significa que o mercado interno foi atendido sobrando produção para ser consumida pelo mercado externo, elevando assim a renda nacional, o emprego e contribuindo para o ingresso de divisas estrangeiras. As importações apesar de diminuírem a renda nacional, pois estimulam o emprego e a renda em outros países, permitem o consumo doméstico de produtos não produzidos internamente, seja por falta de insumos ou tecnologia adequada.

O termo *Commodity* é utilizado para diferenciar uma variedade de produtos básicos que são essenciais para o processo produtivo em geral, como petróleo e minérios, e para a alimentação de animais e a humana. Além disso, seus preços são, em geral, definidos por mercados internacionais organizados, por meio de bolsas de mercadorias (Branco, 2013). Portanto, por *Commodity* entende-se um produto básico, em seu estado bruto ou com baixo nível de transformação, geralmente utilizado como matéria-prima para outras indústrias, e que podem ser negociados globalmente, e por isso seu o preço sofre variações diárias no cenário internacional, conforme cresce ou diminui a demanda. As *commodities* podem ser sub classificadas em: agrícolas, fazendo parte deste grupo, a soja, o café e o algodão; minerais: o petróleo, o ouro, o minério de ferro; financeiras: Real, Euro e Dólar; ambientais: a água, a energia e a madeira.

Segundo Soares (2004), operações de compra e venda internacionais são aquelas em que dois agentes econômicos sediados ou residentes em países diferentes negociam uma mercadoria que virá a sofrer uma operação de câmbio, ou seja, comércio exterior é caracterizado como a prática de trocas comerciais entre dois ou mais países. De acordo com o Teorema de Heckscher-Ohlin³, conforme escrito e comentado por Williamson (1998), o comércio internacional pode ser resumido como: cada nação exportará a *commodity* intensiva em seu fator abundante de produção e importará a *commodity* que exija a utilização do seu fator escasso e maior custo de produção.

Historicamente o Brasil é tido como um país agroexportador, isso ocorre pelo fato de ter em abundância mão de obra e extensão de terras, tendo jazidas de minérios, reserva de petróleo, etc. A utilização desses fatores citados acima, nos quais o Brasil tem vantagens comparativas, impulsionada pelo crescimento dos setores industriais a nível mundial, que utilizam esses fatores no comércio internacional, acaba gerando no Brasil uma necessidade de continuação dos mesmos. Tal fato leva a uma redução na participação das exportações de bens industriais e a um aumento nas exportações de bens primários. No entanto, segundo Delgado (2010), esse movimento de inserção do país no mercado internacional a partir da exportação acentuada de primários e redução de manufaturados, traz ao país o problema da dependência de fatores externos.

De acordo com Mesquita (2016), o sistema agroexportador é o modelo econômico onde determinado país faz o uso massivo de suas terras para desenvolver o cultivo e a exploração de matérias-primas agrícolas para fins de exportação, tendo esta como sua principal fonte de renda. Porém, a atual noção de modelo agroexportador tem muito a ver com o desenvolvimento do sistema econômico no final do século XIX. De acordo com o economista argentino Raul Prebisch (1949), este sistema se baseava na divisão entre países Centrais e países Periféricos.

³ Krugman (2001), conceitua a Teoria de Heckscher-Ohlin como uma das mais importantes teorias da economia internacional. Nas palavras do autor: a teoria mostra em que proporções os diferentes fatores de produção estão disponíveis em diferentes países e como esses fatores são utilizados para produzir diferentes produtos. O ponto central do modelo, define que os países tendem a direcionar seus esforços para a produção dos bens que demandam os fatores em que esses países são abundantes, ou seja, o país deve produzir aquilo que tem mais fatores abundantes para a produção. Para mais detalhes, ver Krugman & Obstfeld (2001).

Enquanto os segundos se especializaram na produção e exportação de *commodities* agrícolas, os primeiros se dedicavam à produção de produtos manufaturados.

Com alto potencial econômico, as exportações brasileiras giram em torno do minério de ferro, aço, soja, cana-de-açúcar, carne bovina, café e frango. É favorável para o Brasil a capacidade de gerar um fluxo de capital constante através da exportação de suas matérias-primas. A saída de produtos primários brasileiros com destino ao exterior é capaz de estabilizar a economia nacional através da balança comercial positiva e de grandes reservas de divisas. Além disso, conforme matéria publicada no site Terra (2021),

“a cadeia econômica de agregação de valor dentro da agricultura, mineração e setor energético emite importantes impulsos para a economia nacional, como um todo: de fertilizantes a caminhões, de escavadeiras a tratores, setores inteiros vivem de fornecer para a indústria de matérias-primas”.

Porém, a dependência da venda de matérias-primas é negativa devido às transformações estruturais que esta provoca. Este setor depende muito de grandes quantidades de capital, cria relativamente poucos empregos e exige menos aplicação de pesquisa e tecnologia (sendo que a tecnologia deste setor não precisa necessariamente ser feita no Brasil, outros países como Estados Unidos ou Alemanha podem desenvolvê-las). Desta maneira, a economia brasileira passa a disponibilizar vagas de trabalho cada vez menos exigentes e com menor salário, sem requerimento de especialização e que tampouco dependem de pesquisa e investimento nas universidades e institutos especializados.

Historicamente, sociedades agrícolas como a Europa, os Estados Unidos da América e recentemente países asiáticos como China e Japão tornaram-se desenvolvidas graças à própria industrialização. No momento no Brasil a impressão que se tem é que o processo acontece exatamente na direção inversa.

Os ganhos de produção e aumento da competitividade, levaram o setor agrícola brasileiro a se destacar internacionalmente e apresentar vantagens comparativas em relação a outros países, conforme a economista Tathiane Marques Dorneles (2013), em sua análise do índice de vantagem comparativa. Atualmente a

importância do agronegócio para a economia é altamente significativa, sendo o Brasil um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários.

Assim como todo e qualquer outro setor econômico, o setor agrícola gera desenvolvimento direto e indireto para toda a sua cadeia de produção. Neste sentido é possível identificar e exemplificar alguns destes ganhos diretos e indiretos para fornecedores, fábricas e produtores no setor da pecuária, como por exemplo: venda de insumos (rações, vacinas, aditivos alimentares etc.), materiais elétricos (cercas, controladores, sistemas de ar etc.), automóveis de transporte (caminhões, caminhonetes, carretas etc.), materiais de construção (construção de frigoríficos, centros de armazenagem etc.) etc. Existe ainda a questão da considerável mão de obra empregada neste setor, principalmente na parte de abate em frigoríficos, e também na logística de transporte dos animais. Todas estas interações e atores na cadeia produtiva da pecuária são importantes para manter a economia girando e gerar fonte de renda para diversas famílias brasileiras. Além disso, existe também a importância de arrecadação de tributos que este ciclo gera para o governo brasileiro, que consegue acumular uma quantidade significativa de impostos que mais tarde são revertidos na saúde, educação e demais setores importantes para a população brasileira.

Com a expansão do campo de *commodities* e atração de mais mão de obra, este setor ocasionou uma elevação nos salários e empregos brasileiros. A demanda por mais trabalhadores acabou por se espalhar também aos outros setores ligados nesta cadeia, como o de construção, por exemplo. Ao mesmo tempo, as receitas públicas aumentaram, o que incentivou a elevação do investimento público em infraestrutura, estimulando ainda mais a geração de empregos. Com os trabalhadores menos qualificados tendo maiores ganhos, as taxas de pobreza e desigualdade caíram. Vale ressaltar que o governo aproveitou o crescimento da arrecadação para fomentar os programas de transferências sociais para grupos de baixa renda. Estradas e portos são alguns dos lugares que acabam recebendo também investimentos e sendo melhorados, para poderem comportar a demanda principalmente das exportações brasileiras.

Em nível mais técnico, de acordo com Francisco Lopreato (2017), a exportação de *commodities* tem papel fundamental no Brasil para ajudar a sanar problemas na

balança comercial. No Brasil, as *commodities* representam mais de 60% dos bens exportados, por tal motivo a exportação destas é essencial para garantir o superávit comercial, sendo este último o resultado da diferença entre o valor das exportações e importações. Um país que registra superávit na balança comercial geralmente atrai capital estrangeiro em forma de investimento nas empresas exportadoras, dado o fato que estas estão com boa demanda de seus produtos no mercado externo.

3.1.2 Contextualização Teórica sobre as Exportações agrárias Brasileiras

Diversas são as teorias utilizadas no comércio internacional para explicar as interações econômicas entre os países. Uma das mais conhecidas é a Teoria das Vantagens Comparativas, desenvolvida por David Ricardo (1817). Ricardo apresentou sua teoria como uma crítica ao conceito de Vantagens Absolutas de Adam Smith, indicando que o custo relativo, definido pela produtividade, possui maior relevância em relação ao custo absoluto. Portanto, David buscava explicar os benefícios do comércio entre as nações, mesmo se uma delas não possui vantagem absoluta na produção de nenhum bem, uma vez que considerava as diferentes produtividades entre as nações, sua ideia era analisar qual dos países envolvidos possui um menor custo de oportunidade de um mesmo bem.

Um país possui uma vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção desse bem em relação aos demais é mais baixo nesse país do que em outros (Krugman & Obstfeld, 2005). A teoria é conhecida por fomentar o grau de abertura econômica e de trocas comerciais entre os países, uma vez que considera que cada e toda troca é boa e benéfica para os países envolvidos.

A partir da teoria do comércio internacional elaborada por David Ricardo, no ano de 1965, Bela Balassa desenvolveu o índice de vantagens comparativas reveladas (VCR) para estimar o nível competitivo ou as vantagens comparativas de um determinado país. Este índice é um dos meios mais utilizados para determinar a competitividade de uma nação. O desempenho relativo das exportações de um país em uma determinada categoria de produtos individuais reflete suas vantagens comparativas reveladas neste mesmo setor analisado, segundo Balassa (1965). O índice VCR permite identificar os padrões de comércio existentes, mas não permite verificar se esses padrões são ótimos ou não (Maia, 2004). O argumento principal da

teoria está baseado nas diferenças de custos relativos existentes entre países, o que poderia levar à especialização na produção de certos bens e na importação de outros. Dessa forma, cada país deveria se especializar na produção e exportação daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente e trocá-la pela mercadoria que possui um custo relativamente maior (Rubin & Rondinel, 2004).

Os países podem ter vantagens comparativas em relação a outras nações por alguns fatores que estão relacionados com suas exportações (Siqueira & Pinha, 2010). Barreiras tarifárias e não tarifárias também influenciam na balança comercial do Estado, além disso, outras políticas governamentais podem exercer influência sobre as vendas externas de um país, de maneira direta ou indireta. Aqui podemos citar subsídios, políticas de financiamento, taxa de câmbio, blocos econômicos etc.

“O Brasil possui vantagem comparativa na produção e exportação de praticamente todas as *commodities*” (Sossa & Duarte, 2017). O Brasil é muito rico em recursos naturais, desfruta de uma enorme quantidade de terras propícias à agricultura, clima apropriado para o plantio de gêneros alimentícios em grande escala, chuva e água em abundância na maior parte das regiões e estações do ano. Além disso, por ser um país em desenvolvimento, conta com uma mão de obra menos capacitada, e que conseqüentemente recebe menos por seu trabalho, o que é algo “atrativo” para empresários e industriais, nos moldes de maior geração de lucro e competitividade internacional. Ademais, o Brasil conta com enormes reservas de petróleo e minério de ferro, atraindo a atenção de países do mundo inteiro.

Conforme escreve Michael Porter (1985), criador da teoria da Vantagem Competitiva, para um país ter uma vantagem competitiva é necessário ele ter vantagens comparativas e fazer bom uso das mesmas a fim de torná-las competitivas. À medida em que o Brasil explora suas vantagens comparativas, ele passa a ter vantagens competitivas.

Portanto, pode-se afirmar que o Brasil possui vantagens comparativas que estão se tornando competitivas na exportação de *commodities*. Muitas são as áreas propícias para a agricultura que se encontram ocupadas e que estão sendo utilizadas para a produção de monoculturas de grande escala e pecuária. Soma-se a isso também a intensificação da capacidade de extração das jazidas mineiras brasileiras,

como o petróleo e o minério de ferro. Atrelado a isso tudo citado acima, está a evolução contínua de novas técnicas e tecnologias nas cadeias de *commodities*, aumenta-se o ganho de escala das mesmas.

A participação dos produtos básicos nas exportações brasileiras está se tornando o “motor do crescimento econômico”, papel que deveria ser da indústria (Silva, 2014). Segundo o mesmo autor, a especialização do Brasil na produção de bens primários gera, conseqüentemente, o aumento da exportação desses produtos e a redução da participação de bens manufaturados na pauta exportadora.

Segundo o levantamento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), publicado no site Canal Agro (2019), as *commodities* representam 63% do valor das exportações brasileiras. As vendas de matérias primas para o exterior equivalem a cerca de 6,7% do PIB brasileiro. Países em que a exportações de *commodities* já superam a casa dos 60% do total do valor exportado são considerados como dependentes desse tipo de produto, de acordo novamente com o mesmo texto publicado pela UNCTAD (2019). Porém, a importância das matérias primas não se restringe somente ao Brasil, as *commodities* são fundamentais para países em desenvolvimento em sua maioria.

Pelo alto grau de importância que os produtos agrícolas passaram a ter no Brasil, a economia do país acabou tornando-se vulnerável à oscilação dos preços destas matérias-primas no mercado internacional. O banco americano Wells Fargo apontou em seu relatório (2021) que o Brasil, juntamente com alguns demais países dependentes de exportações de matérias-primas, é um dos Estados mais vulneráveis ao desaquecimento da economia chinesa. Tal fato ocorre pelo motivo da China ser o grande consumidor de *commodities* do Brasil, este país possui um grande mercado interno e também da necessidade chinesa de importar comida para conseguir atender as demandas da população e minério de ferro para o “consumo” de suas indústrias. O risco de quebra de gigantes imobiliárias do país asiático, como a construtora Evergrande, acabam refletindo diretamente na indústria de *commodities* brasileiras, principalmente na cadeia do minério de ferro, afirmam os economistas da Wells Fargo, Brendan McKenna e Jessica Guo (2021).

Além disso, as *commodities* costumam depender fortemente das condições climáticas das regiões onde são produzidas. Caso ocorra algum desequilíbrio, por exemplo, secas ou chuvas intensas, os preços podem vir a sofrer variações bruscas e os ganhos podem ser afetados. Muitas são as vezes em que proprietários acabam perdendo todo o investimento feito na lavoura devido a uma seca prolongada. Em casos como este, além do fazendeiro ter prejuízo, o Estado também acaba perdendo, pois além de deixar de arrecadar tributos com a venda da plantação, ele por muitas vezes compensa para os agricultores determinada parte dos prejuízos tidos na safra. Por serem cíclicas, as *commodities* agrícolas acabam também gerando certa ociosidade para os trabalhadores, onde estes últimos precisam buscar empregos sazonais e veem suas chances de segurança e estabilidade no trabalho diminuírem abruptamente.

Em comparação aos produtos manufaturados, as exportações de produtos agrícolas possuem muitas vantagens tributárias para os proprietários, embora existam desvantagens nesta história, relacionadas principalmente ao retorno do imposto para a população brasileira como um todo. Impostos como o PIS e Cofins, juntamente ao ICMS, são responsáveis por grande parte da tributação sobre os produtos agrários vendidos pelas empresas no mercado interno brasileiro. Porém, as exportações *commodities* estão isentas do recolhimento de ICMS, bem como no PIS e na Cofins, onde não há incidência de impostos sobre estas matérias-primas exportadas direto do produtor para o mercado externo. Como dito acima, quem acaba perdendo com isso é a população brasileira, que poderia ter o imposto revertido em melhorias na saúde, educação, infraestrutura etc.

A exportação de matérias-primas possuía significativa contribuição ao saldo da balança comercial do país. A elevação dos preços internacionais, diante do “efeito China” (Bacha, 2013), teve impacto acentuado nas relações comerciais brasileiras e proporcionou resultados significativos ao comércio do país. Nos anos 2000, o comércio de *commodities* gerou desempenho significativo na balança comercial e impactou positivamente o desenvolvimento econômico interno (Serrano & Summa, 2014). Porém, conforme explica o professor de Economia da Unicamp, Francisco Lopreato (2017), “Diferentemente de outras épocas, nós (Brasil) não tivemos mais problemas no balanço de pagamentos. Nem na crise de 2008, 2011, como também

2015-2016, quando o PIB foi lá para baixo, nós não tivemos”. Portanto, a vantagem que antes as grandes altas nos preços de *commodities* traziam para o país, agora já não possui mais tanta importância.

3.2 Taxa de Câmbio e Juros - Importações, Exportações e Industrialização

A taxa de câmbio indica o preço de uma moeda estrangeira em relação ao valor que a moeda nacional tem, sendo, portanto, um dos principais instrumentos de política de comércio exterior. Esta taxa possui influência direta no desempenho macroeconômico do Brasil e também na composição de sua estrutura produtiva. O câmbio é uma variável muito complexa, ela se relaciona tanto com o mercado de bens e serviços, de ativos e também de importação e exportação. É importantíssimo ressaltar que o Brasil adota o regime de câmbio flutuante desde 1999. O regime de câmbio flutuante é um sistema no qual as taxas de câmbio são determinadas pelo mercado, ou seja, pela oferta e demanda de moeda estrangeira.

A conduta da taxa de câmbio tem reflexos sobre a competitividade da economia. Sua desvalorização deixa os produtos domésticos mais competitivos frente aos produtos vindos do exterior. Desta forma, esta ferramenta consegue afetar o desempenho econômico brasileiro pelos seus efeitos na composição dos setores do país, ao acarretar na maior ou menor presença dos bens transacionáveis, que tendem a possuir maior capacidade inovadora, agregação de valor, nível de produtividade, entre outros aspectos. As intervenções do governo para controlar a taxa de câmbio podem ser tanto através compras e vendas de moeda estrangeira no mercado à vista, como também atuando no mercado futuro, ou ainda pela imposição de limitações ao movimento de capitais – tributação dos ganhos, prazos mínimos de permanência, entre outros instrumentos.

Mais que influenciar a atividade econômica e a capacidade de desenvolvimento a longo prazo, a taxa de câmbio altera também o comportamento dos preços. Isto pode ocorrer tanto em função dos custos dos produtos importados como pela maior atratividade gerada para a venda de produtos brasileiros ao exterior. A atuação sobre o nível geral de preços internos e dos produtos importados causam importantes impactos redistributivos, alterando o poder de compra dos consumidores e as margens de lucro das empresas.

Diversos fatores incidem sobre o comportamento da taxa de câmbio, refletindo esta última então sobre todo o funcionamento da economia do país. Em termos macroeconômicos, os fatores que mais alteram a conduta dela são: taxas de inflação do país e ao redor do mundo, termos de troca, montante de poupança doméstica e oportunidades de investimento, taxas de juros de longo prazo. A importância de cada uma destas variáveis e sua influência sobre a taxa de câmbio depende do tempo considerado na análise, na situação econômica em que se encontra o país, o relacionamento deste com o restante do mundo, e principalmente do mapa dos objetivos das políticas fiscal, monetária e cambial do Estado.

A flutuação da taxa de câmbio pode gerar diferentes impactos para os negócios. Diante de uma desvalorização cambial, quando a moeda nacional perde o seu valor e o dólar sobe, as compras no exterior e importações ficam mais caras. Porém, para as empresas que trabalham com exportação tal movimento cambial é benéfico. Isso ocorre porque elas podem explorar um aumento nas vendas no mercado fora do país, vislumbrando boas oportunidades de lucro.

Quando a moeda nacional é desvalorizada todas as importações passam a custar mais. Os produtos importados com uma taxa de câmbio em baixa têm ampla vantagem em relação aos preços nacionais, ampliando a margem de lucro das empresas importadoras. Se um produto vindo do exterior custava R\$1000,00 com uma taxa de câmbio 1:1 (cada 1 dólar vale o mesmo que 1 real), se esta taxa de câmbio passa a ser 1:2 (1 dólar vale o mesmo que 2 reais) o produto passa a custar R\$2000,00. Portanto, uma valorização cambial do real passa a deixar as importações de produtos internacionais mais atrativas. Porém, ao mesmo tempo, estas importações muitas vezes começam a incomodar a indústria nacional do país justamente pelo fato dela ter que brigar pelo espaço no mercado com os produtos vindos de fora por um preço mais baixo. Muitas vezes a indústria nacional brasileiro é pouco competitiva e acaba perdendo mercado para os produtos importados. Este movimento acaba desestimulando as empresas do país, uma vez que o investimento para competir com o produto estrangeiro é enorme, a queda no consumo de opções nacionais pode gerar fortes prejuízos para a indústria nacional.

Por outro lado, uma desvalorização na taxa de câmbio acaba tornando a venda para o exterior muito atrativa, pois o produto nacional se torna mais barato em dólares

(moeda referência). Neste caso, quem acaba tendo a indústria desestimulada é justamente o país importador, pois para ele é mais fácil comprar o produto do exterior por um preço mais baixo ao invés de desenvolver toda a indústria nacional. Além de tornar as exportações mais atrativas, o câmbio desvalorizado torna a vinda dos produtos externos mais caros, portanto o consumo de produtos produzidos dentro do país aumenta, desenvolvendo a manufatura nacional.

A desvalorização cambial tende a aumentar os preços dos produtos importados, assim como dos produtos exportáveis que são cotados no mercado internacional. Com isso, os custos de produção são influenciados pelo aumento dos preços de matérias primas importadas e exportadas, assim como os preços ao consumidor tendem a crescer. A questão chave é saber quanto de uma desvalorização cambial é repassado para os preços. (JUNIOR, 2013, p.29)

O impacto da taxa de câmbio sobre os preços da economia é chamado de pass-through. Se por um lado o câmbio desvalorizado tende a ter desdobramentos importantes para a melhora do desempenho econômico, a partir da melhora dos resultados da balança comercial, do aumento do nível de poupança doméstica e da menor dependência de poupança externa (investimentos estrangeiros), além do possível impacto sobre a estrutura da economia, por outro lado tende a gerar pressões inflacionárias e afetar o poder de compra da população.

A taxa de juros representa uma remuneração aplicada a um empréstimo. No Brasil utiliza-se o indicador de referência da taxa básica de juros denominado Selic. A taxa Selic é a taxa média de juros dos financiamentos realizados entre as instituições financeiras e que possui lastro em títulos públicos federais. Em outras palavras, é a taxa média de juros dos empréstimos feitos entre os bancos para os quais eles deixam títulos públicos como garantia.

Em termos de investimento internacional, a taxa básica de juros é um indicativo do retorno que o investidor estrangeiro terá sobre o seu capital. Uma taxa básica de juros alta é mais atrativa para os investidores e valoriza a moeda interna. Por outro lado, quando a taxa de juros está mais baixa, deixar o dinheiro no país é menos rentável para os investidores estrangeiros, estes terminam por alocar os seus recursos em países que tenham uma relação risco e retorno harmoniosa, ocasionando fuga de capital e desvalorização da moeda local. Com relação a isso, o

nível de poupança doméstica torna-se essencial, pois quanto menor a necessidade de recursos do exterior, menos apreciada será a taxa de câmbio.

A valorização e desvalorização da moeda doméstica de investimentos estrangeiros ocorre através de oferta e demanda de mercado. Quando os juros estão baixos e existem poucos dólares (moeda referência) dentro da economia, devido sua baixa rentabilidade, acaba ocorrendo que a moeda nacional se desvalorize, ou seja, existe pouca oferta da mesma e “muita” demanda por este pequeno montante. No caso da taxa de juros alta o inverso ocorre, devido à alta rentabilidade dos juros muitos investidores estrangeiros deixam seu dinheiro no país, o que acaba gerando muita oferta para a demanda existente, puxando o preço do câmbio para baixo.

Em termos de industrialização a taxa de juros é importante no momento de se realizar financiamentos e empréstimos. Uma economia com uma alta taxa de juros acaba dificultando o crescimento e desenvolvimento da indústria, isto ocorre pelo fato de que o custo de expansão, pesquisa e qualquer outro fator que necessite de investimento acaba se tornando caro. Desta forma, muitas empresas optam por esperar o melhor momento para tomar crédito e se expandir, porém muitas vezes este timing correto pode demorar muito tempo ou mesmo não ocorrer. Isto acaba prejudicando o país em diversas formas, como por exemplo uma menor taxa de criação de empregos e menor desenvolvimento de infraestrutura, e até mesmo no andamento de novas tecnologias voltadas para a melhora nos sistemas de produção. Nos últimos anos muitas empresas perderam a sua competitividade internacional por causa do câmbio, onde o real estava valorizado e a tomada de crédito para investimentos estava sendo feita a juros altos, sem estímulos governamentais, gerando dificuldades para promover a modernização dos processos.

Um país com uma baixa taxa de juros está propenso a desenvolver mais a indústria. Com o custo de tomada de crédito mais baixo, muitas indústrias podem aproveitar este momento para realizarem novos investimentos em suas plantas industriais, desenvolver novas tecnologias, aprimorar sua infraestrutura, capacitar seus funcionários, expandir seu negócio para novos mercados etc. Porém, existe neste sentido o risco de aumentar a inflação do país, uma vez que a quantidade de dinheiro em circulação tende a ser muito grande e também pelo fato de que existe a possibilidade de haver mais demanda por produtos e serviços do que existe a

capacidade de oferta. Portanto, conclui-se aqui que é necessário que fatores sistêmicos que afetam a indústria de transformação como taxa de câmbio, juros, spreads e crédito sejam alocados em um patamar que estimule a produção industrial.

4. BRASIL: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO - ANÁLISE DO DESEMPENHO DE SETOR INDUSTRIAL DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Este capítulo tem como objetivo descrever os principais conceitos encontrados na literatura a respeito do tema da “desindustrialização”. Ao longo dos subcapítulos são analisados temas importantes, também são demonstrados os principais indicadores tradicionais utilizados que permitem inferir se o processo está, de fato, em andamento em determinado país, ou não. Posteriormente, são analisadas algumas teorias a partir de uma variedade de autores que se tornaram referência no estudo desse fenômeno, tendo o Brasil como foco de pesquisa.

No momento em que se compara o Brasil com os demais países em desenvolvimento nota-se que o país perdeu a oportunidade de crescer mais, e de maneira sustentável. Os ótimos números obtidos pelo Brasil na balança comercial dos últimos anos acabaram escondendo o perigoso risco presente de desindustrialização e reprimarização da economia brasileiro, fato que pode comprometer o futuro da produção nacional. É possível encontrar várias definições que expressam o conceito de desindustrialização na bibliografia internacional; os pioneiros a surgirem foram em relação ao emprego e ao produto, de maneira que o processo era entendido como a diminuição da participação da indústria de transformação no PIB ao longo dos anos, ou seja, a porcentagem do PIB advindo da indústria de transformação é decrescente ao longo do tempo. Outro conceito já mencionado faz referência ao emprego. Nesta concepção, a desindustrialização é a diminuição da participação da indústria de transformação no emprego total ao longo dos anos, isto é, a porcentagem do emprego originado na indústria de transformação diminui ao longo dos anos (Rowthorn; Ramaswamy, 1999; Chang, 2010). A desindustrialização é o processo pelo qual a produção local é substituída pelos bens importados de outros países, gerando o enfraquecimento da indústria nacional e afetando conseqüentemente o desenvolvimento interno do país.

Conforme o escrito por Ana Amélia Lemos (2011), nas últimas duas décadas o número de famílias que se encontravam abaixo da pobreza, que já foi superior a 40% da população no início dos anos 80, diminuiu para cerca de 17%. Além disso, conforme a ex-senadora, o acesso ao crédito foi amplamente expandido. Ana também

escreve que, considerando tais números e informações, juntamente ao ótimo momento vivido pela economia mundial até meados de 2008 (principalmente o boom das *commodities*) ao aumento da tecnologia e da produtividade no setor agrário brasileiro, tudo isso fez com que o brasileiro vivenciasse um período de grande expansão de sua capacidade de consumo.

Lemos (2011) destaca que quando olhamos internamente para o Brasil vemos que a situação não está muito confortável desde 2013. Na última década, o Estado brasileiro ficou em último lugar em crescimento entre os BRICS. A média de crescimento chinês de 2010 a 2020 foi de 10,95%, da Índia 8,2%, e da Rússia 4,8%, enquanto o do Brasil foi de 4%. Segundo a autora do Artigo “Os Riscos da Desindustrialização”, o crescimento econômico poderia ter sido maior caso o Brasil não se encontrasse passando por um processo de desindustrialização, que ameaça a sustentabilidade do desenvolvimento futuro do país. A manufatura está perdendo espaço na economia nacional.

Os números da indústria brasileira no resultado da balança comercial vêm diminuindo desde 2007, escreve Lemos (2011) em seu Artigo publicado ao Senado Federal. Segundo dados levantados por Ana Amélia, atualmente o saldo total está na faixa dos 20 bilhões de dólares. Tal resultado é assegurado sobretudo pela exportação de *commodities*, estas representam em 2020, cerca de 71% de nossa pauta de exportações (incluindo produtos básicos e industrializados de pequeno valor agregado). Nos últimos 15 anos, a participação dos produtos industrializados tem diminuído, passando de 55% em 2005 para 39% em 2010. A ex-senadora destaca também que as matérias primas cresceram, sendo que sua participação na pauta de exportações brasileira passou de 26% para 45%. Soma-se a isso, a facilidade da entrada de produtos asiáticos no Brasil, competindo com a indústria nacional em circunstâncias vantajosas.

Quando exportamos *commodities* ou bens de baixo valor agregado e importamos produtos industrializados, estamos exportando empregos que irão gerar renda e bem-estar em outros países. O Brasil não pode deixar que sua indústria morra para se satisfazer como exportador de *commodities*. Um país que quer crescimento sustentável precisa ter sua indústria fortalecida. (LEMOS, 2011, p. 2)

A indústria possui a maior capacidade de geração de empregos e de desenvolvimento de tecnologia. No momento em que aplicamos conhecimento e

trabalho técnico às matérias primas passamos a fortalecer a indústria nacional, deixando de apenas exportar *commodities*. A indústria brasileira passa por sérias dificuldades atualmente, tendo forte desaceleração na atividade industrial refletida na produtividade e na geração de empregos.

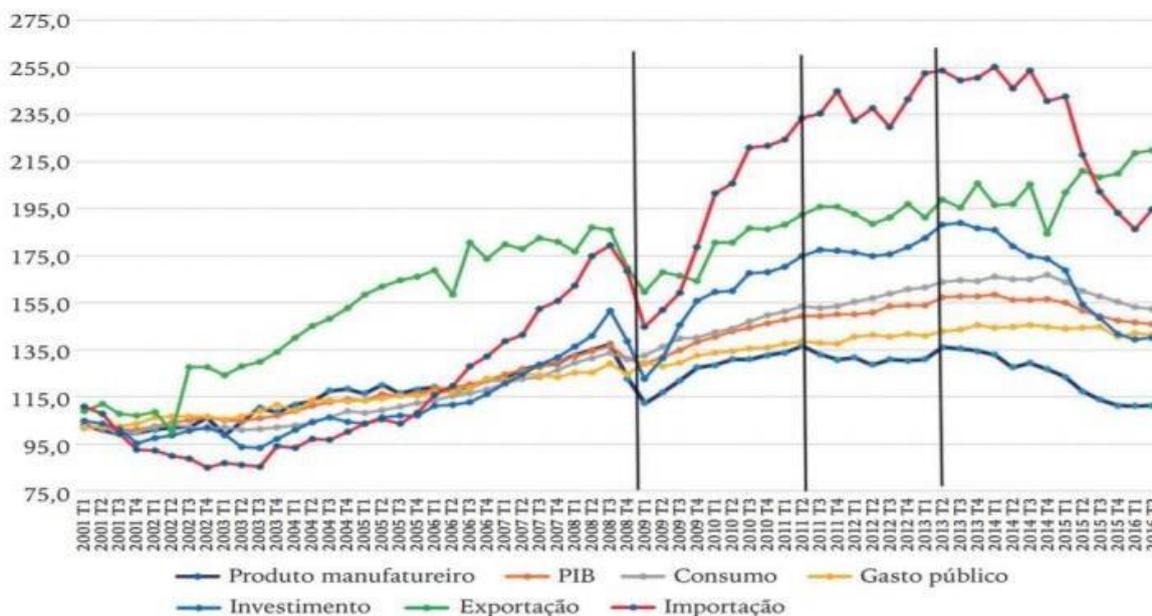
Setores logísticos e energéticos encarecem os custos de produção. A predominância das rodovias como meio de transportes em estradas mal conservadas e o alto custo da energia elétrica no Brasil causam retrocesso e prejudicam a produção e a distribuição industrial. Não existe também por parte do Estado políticas de oferecer juros diferenciados para o investimento em tecnologia e inovação, enquanto no setor agrícola diversos são os financiamentos com taxas mais baixas.

O trabalho realizado por Nassif (2008) para avaliar o movimento da indústria brasileira no longo período de 1970 a 2008 (utilizando a base de dados da CEPAL), aponta para a existência de uma tendência de aumento do peso dos setores baseados em ciência e engenharia dentro do valor adicionado total da indústria em detrimento dos setores intensivos em mão de obra. Porém, apesar desta propensão de desenvolvimento, os autores destacam que podem ser encontrados indícios de que o Brasil estaria começando um processo de desindustrialização precoce devido ao estacionamento quase absoluto da produtividade a partir do final dos anos 1990. Soma-se a isso o do aumento do déficit comercial de setores intensivos em tecnologia e do aumento da elasticidade da renda das importações em ritmo superior ao das exportações.

4.1 O Caso Brasileiro

Aqui estão delineadas as transformações na participação da indústria de manufatura no Produto Interno Bruto (PIB), o avanço das importações de produtos industrializados no Brasil, a cotação e flutuação do dólar em relação ao real e, por último, a evolução do número de exportações de *commodities*. A seguir, são estabelecidas comparações entre os resultados derivados da coleta de dados.

Gráfico 1 Evolução do produto manufatureiro, PIB, gasto público, consumo, investimento, importação e exportação. 2001 – 2016. (base média 2000 = 100).



Fonte: Sarti; Hiratuka (2017, página 13). **Elaboração:** Arthur Osvaldo Colombo. Desindustrialização Brasileira em Perspectiva: Linhas de Pensamento, Formatos e Dinâmica Setorial, 2019.

Analisando o gráfico acima, torna-se evidente que todas as variáveis apresentaram trajetória ascendente até o desencadeamento da crise global em 2008. A partir de 2006, uma marcante elevação nas importações se torna visível, o que inicialmente não se revelou problemático, pois coincidiu com um período de substancial aumento das exportações, predominantemente impulsionadas por um significativo aumento nos preços das *commodities*. Além disso, até o início da crise global em 2008, a produção manufatureira acompanhou o crescimento do PIB, bem como o aumento de outras variáveis, como consumo, investimento e gastos públicos. Entretanto, a partir de 2009, a produção manufatureira permaneceu relativamente estagnada, crescendo a uma taxa inferior em relação a essas variáveis. A principal razão para isso reside no fato de que, ao longo de todo o período retratado no gráfico acima, especialmente após a grande crise, a indústria nacional passou a terceirizar parte de sua produção para o exterior, ou seja, optou por substituir a produção interna por meio de importações.

Ao longo dos próximos capítulos são analisados justamente os números do gráfico acima: participação do produto manufatureiro no PIB, importação, exportação e a cotação do câmbio brasileiro. A seguir, no próximo capítulo deste trabalho, o processo de desindustrialização é analisado de uma maneira diferente das

apresentadas até aqui: a investigação é feita através de indicadores em múltiplos graus de severidade da desindustrialização, o que permitirá uma análise mais aprofundada, assim como as especificidades do processo brasileiro. Esta metodologia foi elaborada por Sampaio (2015), contando com a reunião de indicadores propostos por vários autores, a maioria já citada anteriormente. A partir disso, a análise passa a ter caráter mais amplo, justamente porque o processo de desindustrialização poderá ser analisado de maneira relativa. O objetivo é analisar indicadores, procurando demonstrar sinais da ocorrência ou não do processo de desindustrialização no Brasil.

4.1.1 Participação da Indústria de Transformação no PIB

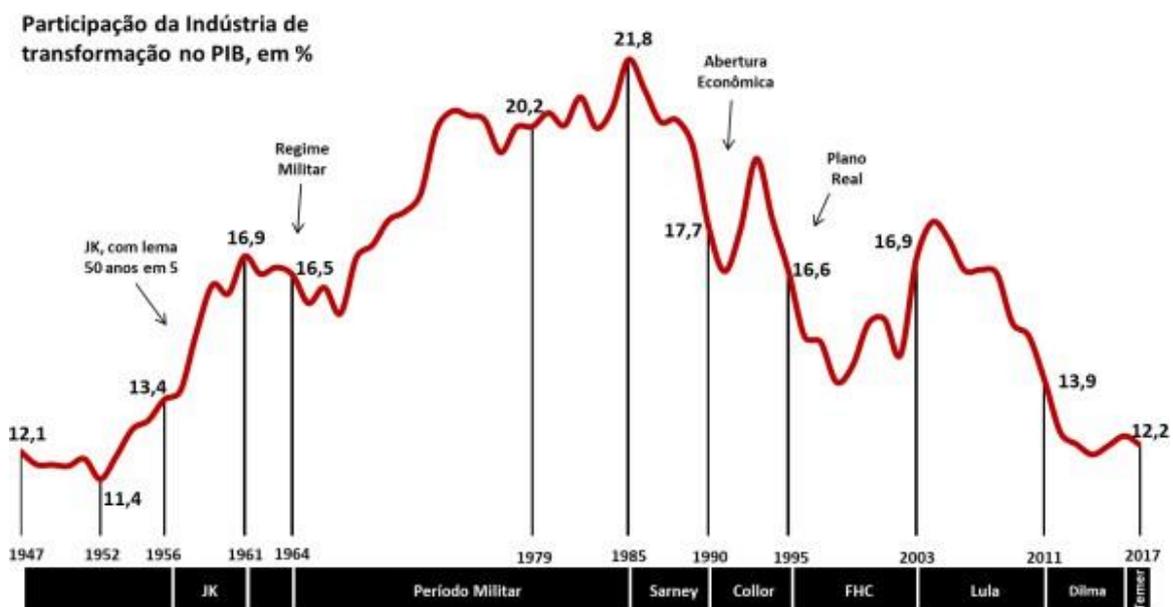
Antes de se começar a mostrar dados da Indústria de Transformação, se faz necessário entender o que é essa parte da indústria. O site Portal da Indústria define a Indústria de Transformação como sendo o segmento industrial que efetua a conversão de matéria-prima em um produto final ou intermediário que será novamente modificado por outra unidade industrial. Conforme o explicitado no mesmo site, os materiais, substâncias e componentes utilizados por essas indústrias são provenientes da produção agrícola, mineração, pesca, extração florestal e produtos de outras atividades industriais. Além disso, é possível classificar a atividade de transformação industrial de acordo com sua atuação em três principais categorias: bens de capital, bens intermediários e bens de consumo. Bens de capital: As empresas de bens de capital produzem produtos necessários para a fabricação de outros produtos ou para a prestação de serviços. Os bens de capital não são incorporados diretamente ao produto final, mas são utilizados por outras indústrias ou setores de atividade no processo de produção. Exemplos desses bens incluem fábricas, máquinas, ferramentas, equipamentos e várias construções. Bens intermediários: produzem produtos que são novamente processados por outras indústrias. Bens de consumo: são responsáveis pela produção e fornecimento de bens ao mercado consumidor, dividindo-se em indústrias de bens duráveis e não duráveis.

Uma das primeiras pesquisas a indicar o processo de desindustrialização da economia brasileira foi realizada por Marquetti (2002). Conforme este autor, a indústria de transformação do Brasil teria atravessado um procedimento de

desindustrialização durante as décadas de 1980 e 1990. Segundo Marquetti, o fenômeno de “desindustrialização” que ocorreu nesse período teria sido resultante do limitado investimento realizado na economia brasileira, particularmente no setor industrial. Adicionalmente, conforme as análises desse pesquisador, o processo de desindustrialização observado nesse período traria resultados negativos para indústria brasileira e para o país como um todo, e que estes seriam percebidos nos anos posteriores.

O gráfico abaixo mostra a participação da Indústria de Transformação no PIB. Esse indicador é muito importante para verificar o comportamento do setor industrial perante o Produto Interno Brasileiro. Além disso, com os dados da participação da indústria, é possível verificar e analisar posteriormente dados direta e indiretamente relacionados ao setor, como câmbio, importações e exportações.

Gráfico 2 Participação da Indústria de transformação no PIB, em termos percentuais.1947 – 2017.



Fonte: IBGE, vários anos. **Elaboração:** FIESP. Panorama da Indústria de Transformação Brasileira, 2019.

O gráfico abaixo, mostra o total da participação do agronegócio no PIB brasileiro. Este gráfico traz os dados do setor como um todo, e é utilizado justamente para examinar o crescimento da agricultura dentro da esfera econômica do país. Conclusões importantes podem surgir deste gráfico, desde questões macroeconômicas e de câmbio, até mesmo de política interna.

Gráfico 3 Participação do Agronegócio no PIB do Brasil. 2013 - 2022



Fonte: USDA. **Elaboração:** Gestora EcoAgro. Oferta Pública Primária da 5ª emissão de Cotas do EcoAgro I Fundo de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais.

Conforme é evidenciado, levando em consideração apenas essas duas concepções apresentadas até agora, e de acordo com a literatura até aqui já apresentada, há indícios de desindustrialização no Brasil. Nota-se que em 1985 cerca de 22% do PIB era proveniente da indústria de transformação. Entretanto, em 2018, essa porcentagem não atingiu os 12%. Para confirmar isso, temos um gráfico de anos mais recentes, onde nota-se que a participação do setor do agronegócio no percentual de 2013 representava 18,7% do total, enquanto em 2021 esse montante foi de 26,7% do total, ou seja, um aumento de aproximadamente 42%. Vale ressaltar também, que comparando o ano de 1985 com o ano de 2017, em termo de participação no PIB, a indústria encolheu aproximadamente 56%, mais que a metade.

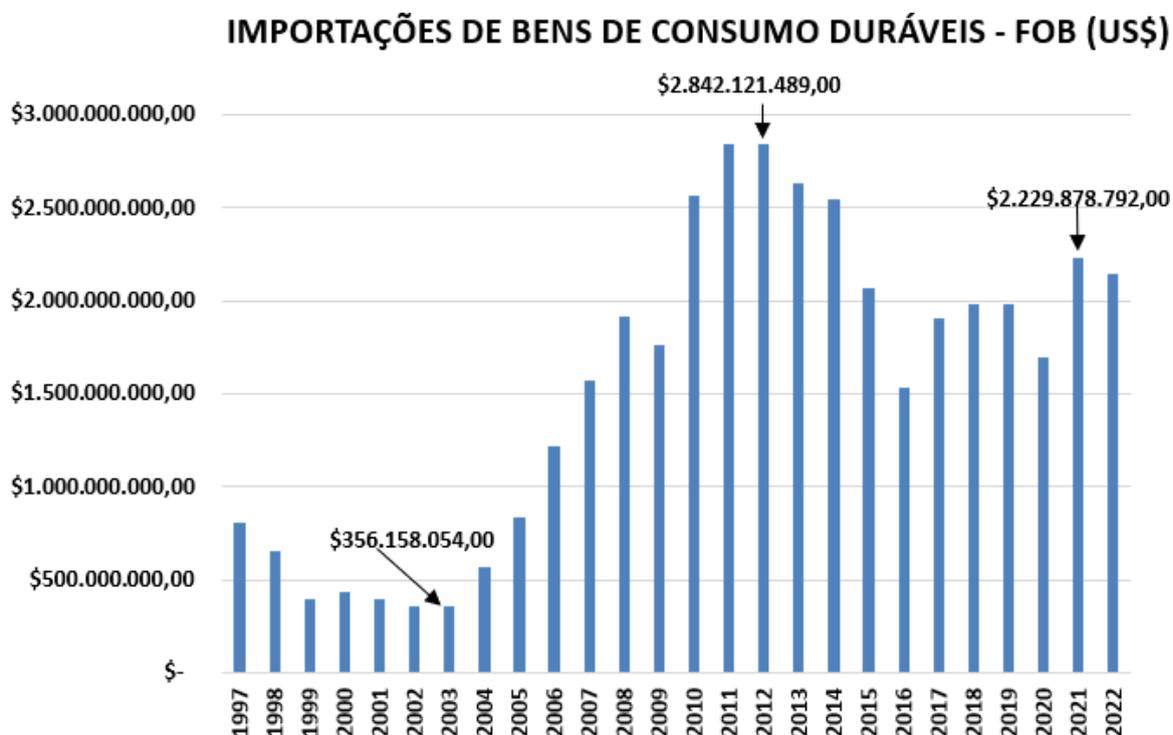
4.1.2 Importações

Continuando com a análise, nesta parte, é introduzida uma segunda manifestação de desindustrialização, conforme indicado por Sampaio (2015): a desindustrialização decorrente do aumento do conteúdo importado. Alguns dos parâmetros que podem ser usados como substitutos para sinalizar a existência deste formato de processo no Brasil incluem o valor global de bens importados da indústria de transformação e o Índice de Inserção de Importações da Indústria de

Transformação. Essas métricas foram elaboradas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e medem o total de importações realizadas pelo país a cada ano, juntamente com a entrada de importações na indústria de transformação originada em outras nações. O índice de inserção de importações se refere à proporção de produtos importados no consumo aparente do Brasil. O consumo aparente abrange tudo que é produzido internamente, subtraindo o que é exportado e acrescentando o que é importado.

Abaixo, gráficos que mostram o resultado anual das importações de bens de consumo no Brasil e retratos da participação de produtos estrangeiros no país, valor em dólares americanos (U\$) e na modalidade de frete FOB⁴.

Gráfico 4 Importação de Bens de Consumo Duráveis. 1997 – 2022.



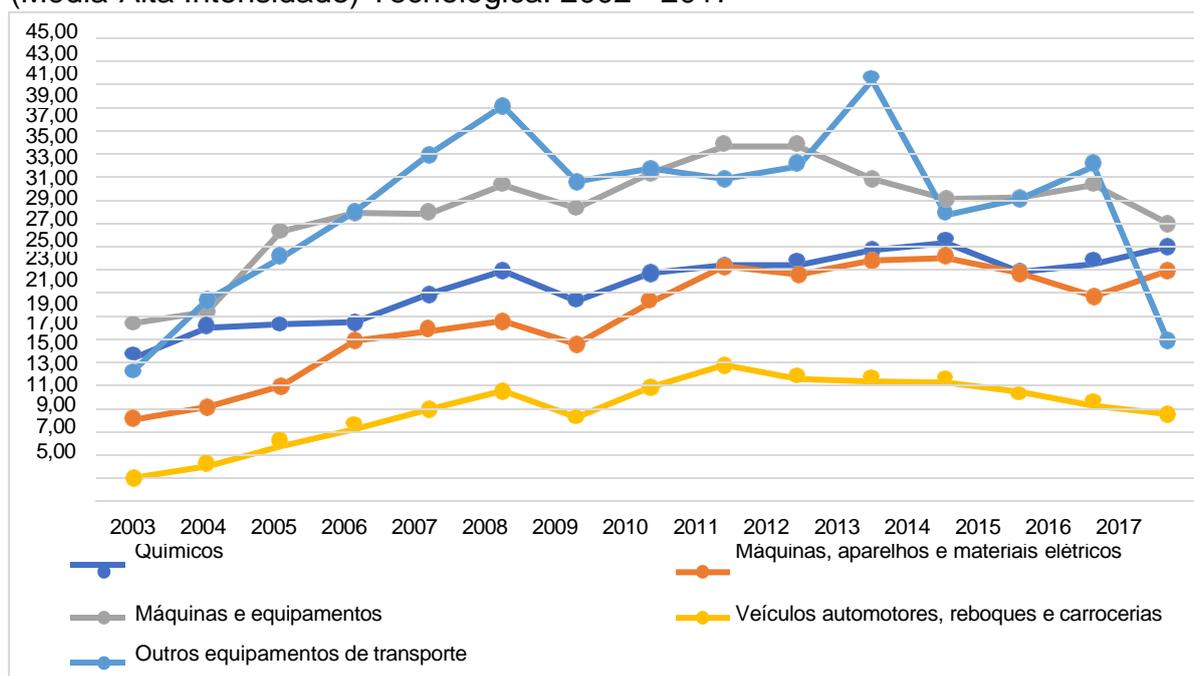
Fonte: ComexStat, vários anos. **Elaboração:** formulação própria.

O gráfico 4 acima mostra o valor total das importações brasileiras de Bens de Consumo Duráveis do ano de 1997 até o ano de 2022. No eixo horizontal estão

⁴ Marco Antônio Salvo (2023) define a modalidade de frete FOB, sigla para "Free On Board," como o termo usado no comércio internacional para indicar o ponto em que a responsabilidade pela mercadoria e os custos de transporte são transferidos do vendedor para o comprador. O FOB é uma das várias modalidades de termos comerciais utilizados nas transações internacionais, e seu significado principal está relacionado à transferência de riscos e custos. Para mais informações, pesquisar por Salvo, "Mestre do ERP" (2023).

dispostos os anos, enquanto no eixo vertical estão dispostos os números que representam o valor das exportações na moeda dólar americano e na modalidade de frete FOB. É visível que as importações brasileiras atingiram em 2012 seu volume mais alto e que diminuíram lentamente com o tempo, porém mantendo-se em um número elevado até o final do período analisado.

Gráfico 5 Coeficiente de Penetração das Importações da Industria de Transformação (Média-Alta Intensidade) Tecnológica. 2002 - 2017



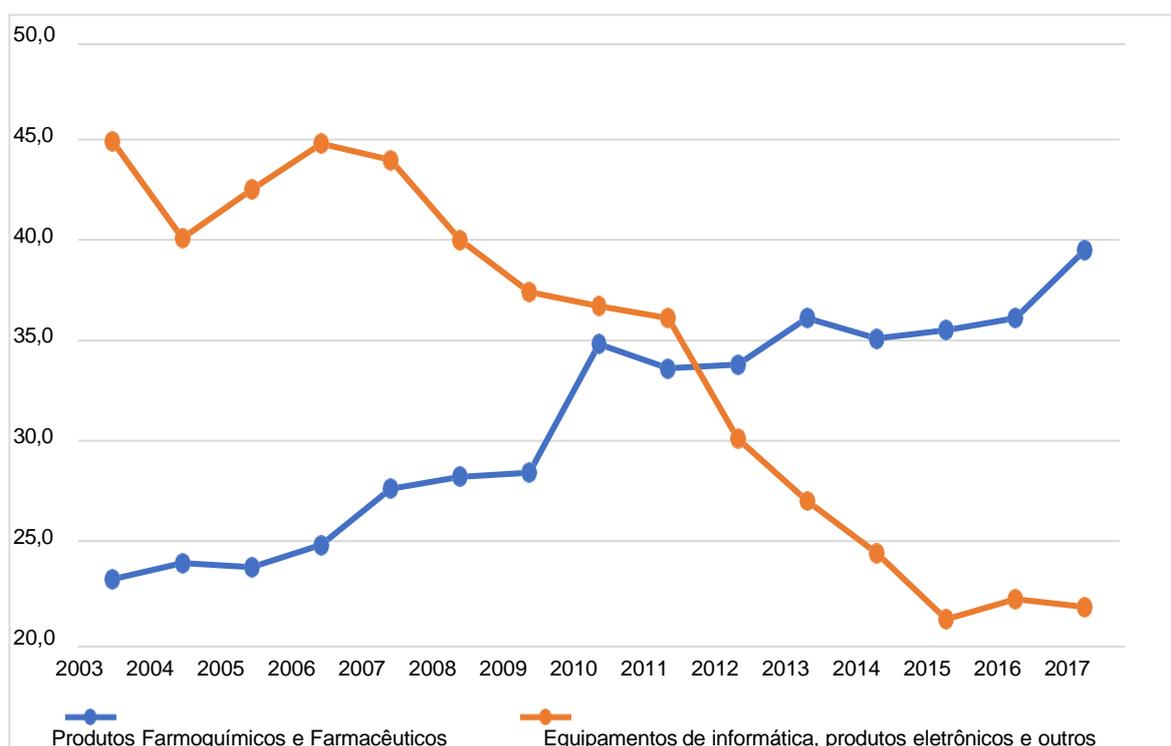
Fonte: CNI, vários anos. **Elaboração:** formulação própria.

O gráfico 5 acima mostra o Coeficiente de Penetração das Importações⁵ da Indústria de Transformação (Média-Alta Intensidade) Tecnológica do ano de 2003 até o ano de 2017. No eixo horizontal estão dispostos os anos, enquanto no eixo vertical

⁵ Conforme os escritos de Hiratuka e Sarti (2017), o coeficiente de penetração de importações é um indicador econômico que mede a proporção de bens importados em relação ao total de bens consumidos ou produzidos em uma economia ou setor específico. Esse coeficiente é uma ferramenta importante para avaliar o grau de abertura econômica de um país e sua dependência de produtos estrangeiros. Um coeficiente de penetração de importações mais alto indica uma maior dependência de produtos importados, enquanto um coeficiente mais baixo sugere uma menor penetração de importações e, portanto, uma economia mais autossuficiente ou protegida. Um aumento no coeficiente de penetração de importações pode indicar maior concorrência estrangeira e pressão sobre a indústria doméstica, enquanto uma diminuição pode refletir medidas de proteção ou uma maior produção interna de bens substitutos. o coeficiente de penetração de importações é uma métrica útil para analisar a exposição de uma economia às importações e para monitorar mudanças na estrutura de produção e consumo em nível nacional. Para mais detalhes, ver Hiraituka e Sarti (2017).

estão dispostos os números que representam o percentual de penetração. É visível que os setores Químicos e de Máquinas, aparelhos e materiais elétricos foram os que mais aumentaram desde o início do período selecionado para análise.

Gráfico 6 Coeficiente de Penetração das Importações da Indústria de Transformação (Alta Intensidade Tecnológica), precisamente produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos e Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e outros. 2002 - 2017



Fonte: CNI, vários anos. **Elaboração:** formulação própria.

O gráfico 6 acima mostra o Coeficiente de Penetração das Importações da Indústria de Transformação (Alta Intensidade) Tecnológica do ano de 2003 até o ano de 2017. No eixo horizontal estão dispostos os anos, enquanto no eixo vertical estão dispostos os números que representam o percentual de penetração. É visível que as importações dos setores de Farmoquímicos e Farmacêuticos e a de Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e outros andam para lados diferentes, enquanto o primeiro sobe, o segundo desce.

Um dos números que mais chama a atenção nos gráficos acima, é o da comparação das importações do setor de bens consumíveis não duráveis no ano de

2003 com o pico do ano de 2012, as importações neste sentido subiram aproximadamente 798%. Porém, desde 2012 as importações de bens duráveis tiveram uma queda. Em comparação com o pico do ano citado anteriormente, até o ano de 2021 as importações caíram cerca de 22%.

No coeficiente de penetração das importações da indústria de transformação de média-alta intensidade, podemos verificar o aumento gradativo destes nos últimos anos. Apenas o setor de equipamentos de transporte que teve seu número próximo ao do primeiro ano de comparação do gráfico, ou seja, 2003. Já no coeficiente de penetração das importações da indústria de transformação de alta intensidade, no que tange os produtos farmoquímicos e farmacêuticos, temos uma inclinação forte da curvatura da linha do gráfico, demonstrando que com o passar do tempo a dependência desse setor para com o exterior aumentou muito, beirando os 40% em 2017. Já nos equipamentos de informática temos um declínio da penetração dos importados, que necessariamente isolado pode não ser um bom sinal, uma vez que ele pode demonstrar que o poder de compra do brasileiro diminuiu e que até mesmo esse mercado já acabou ficando saturado ou diminuiu consideravelmente de tamanho.

Torna-se evidente que o Brasil se revela como uma nação com escassa competitividade nos setores mais avançados. De acordo com o escritor Morceiro (2019), devido ao processo de desindustrialização, o Brasil passou a ingressar de modo passivo nas cadeias globais de valor, contribuindo com a fabricação de matérias-primas. Devido à competição intensa com o mercado internacional após a rápida abertura comercial, várias instalações industriais, sobretudo aquelas que produzem peças e insumos, perderam espaço, sendo substituídas por concorrentes estrangeiros. Esse processo acarreta como resultado uma menor capacidade de acrescentar valor por parte da indústria de manufatura brasileira. Embora o processo não implique necessariamente o encerramento de operações em instalações industriais, ele detém caráter prejudicial para o desenvolvimento econômico.

4.1.3 Exportações

Este capítulo retratará especificamente sobre os números das exportações brasileiras. Inicialmente é retratado o panorama geral das exportações, e depois é focado o setor de bens de baixa intensidade, focando então nas exportações de *commodities*. Por fim, é abordado o número de exportações de produtos industrializados de ponta, que são os que requerem o maior nível de tecnologia para serem produzidos.

Gráfico 7 Valor total das exportações brasileiras (FOB) em dólares. 1997 - 2022



Fonte: ComexStat, vários anos. **Elaboração:** formulação própria.

O gráfico 7 acima mostra o valor total das exportações brasileiras do ano de 1997 até o ano de 2022. No eixo horizontal estão dispostos os anos, enquanto no eixo vertical estão dispostos os números que representam o valor das exportações na moeda dólar americano e na modalidade de frete FOB. É visível que as exportações brasileiras passam por momento de altas e baixas, porém de 2020 até o momento tiveram grande crescimento.

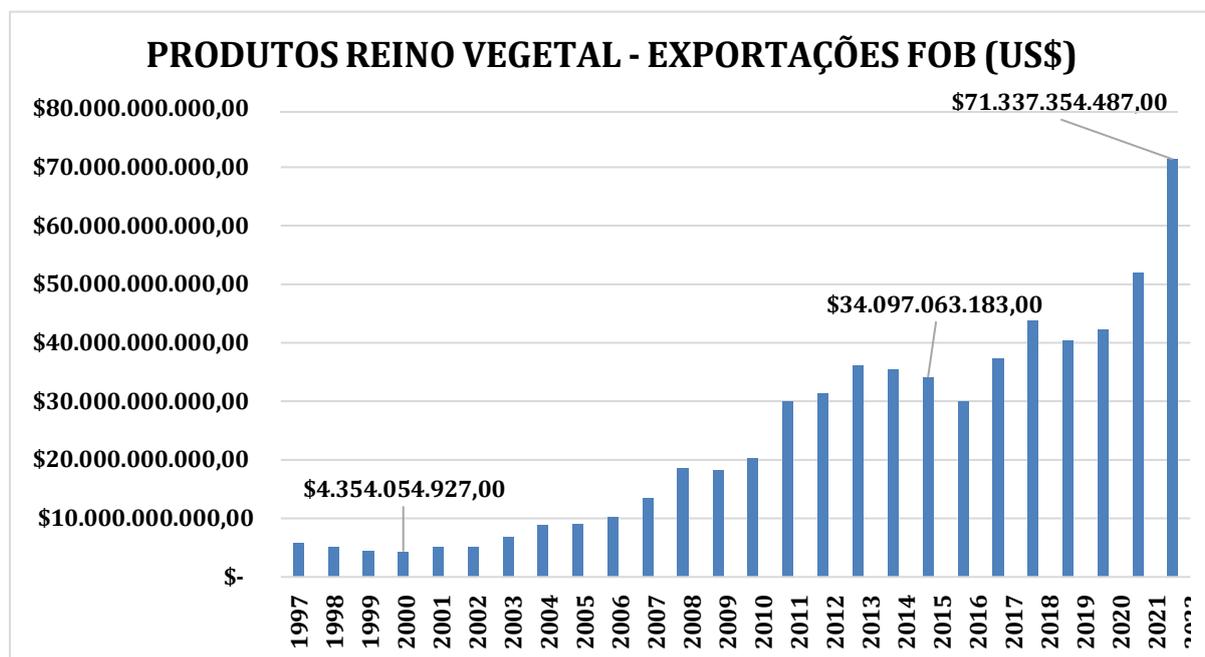
Gráfico 8 Exportações de Animais Vivos e Produtos do Reino Animal, Código Seção I. 1997 – 2022. Valor na modalidade FOB e moeda dólar.



Fonte: ComexStat, vários anos. **Elaboração:** formulação própria.

O gráfico 8 acima mostra o valor total das exportações brasileiras de Animais Vivos e Produtos do Reino Animal, Código Seção I do ano de 1997 até o ano de 2022. No eixo horizontal estão dispostos os anos, enquanto no eixo vertical estão dispostos os números que representam o valor das exportações na moeda dólar americano e na modalidade de frete FOB. É visível que as exportações brasileiras vêm aumentando desde o começo do período selecionado para análise.

Gráfico 9 Exportações de Produtos do Reino Vegetal. Código e Seção II. 1997 – 2022. Valor na modalidade FOB e moeda dólar.



Fonte: ComexStat, vários anos. **Elaboração:** formulação própria.

O gráfico 9 acima mostra o valor total das exportações brasileiras de Produtos do Reino Vegetal, Código e Seção II do ano de 1997 até o ano de 2022. No eixo horizontal estão dispostos os anos, enquanto no eixo vertical estão dispostos os números que representam o valor das exportações na moeda dólar americano e na modalidade de frete FOB. É visível que as exportações brasileiras do Reino Vegetal tiveram um aumento significativo desde o começo do período selecionado para análise.

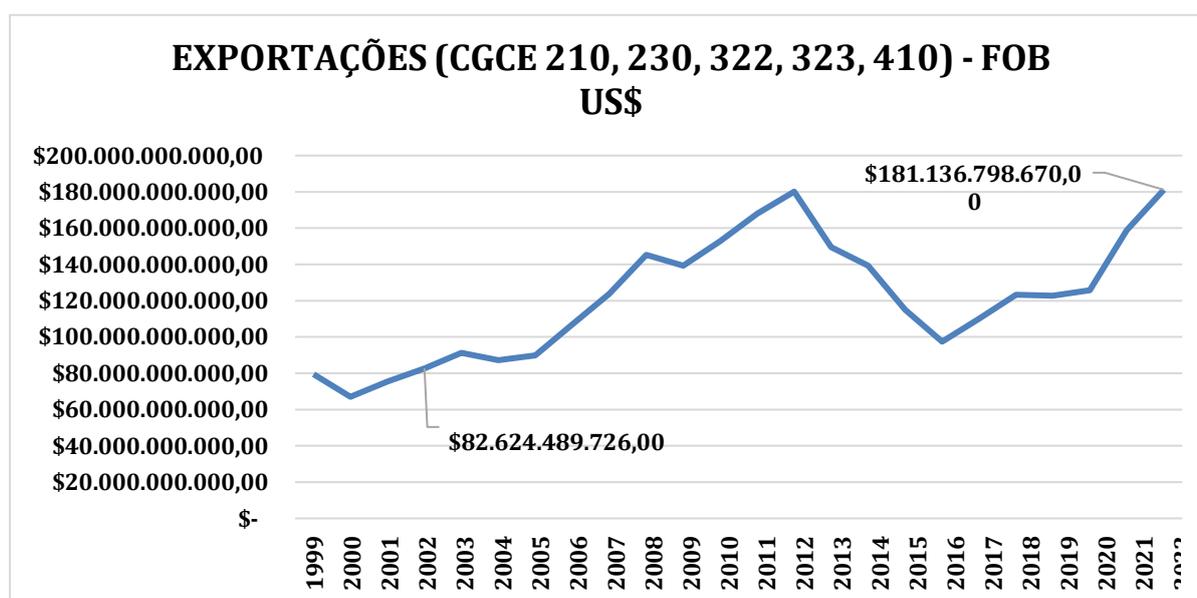
Olhando os três gráficos acima, conclusões parecidas podem ser encontradas. Primeiro: o país teve um aumento de quase 460% no valor das exportações de 2003 até o ano de 2022. Segundo: as exportações da seção I, Animais Vivos e Produtos do Reino Animal, subiram absurdos 1.323%, fazendo-se a comparação do ano de 2000 com o de 2022. Neste sentido, é importante salientar que o Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, sendo responsável por nada menos que 7,8% da produção em 2020, segundo dados da Embrapa. Terceiro: as exportações de Produtos do Reino Vegetal bateram recordes após recordes. No ano de 2000 o valor total das exportações destes produtos do Código e Seção II foram de \$4.354.054.927,00, em 2014 \$34.097.063.183,00 e neste último ano de 2022 de

\$71.337.354.487,00. Novamente, o valor em termos percentuais é absurdo, tendo aumentado cerca de 1.638%.

Nesta seção de produtos do reino vegetal, encontram-se a soja, o café e o milho. Novamente, de acordo com a Embrapa, o Brasil é maior produtos de soja e café a nível, e o terceiro maior na produção de milho. O país latino americano é responsável por cerca de 50% do comércio mundial de soja e 1/3 do de café. Portanto, aqui é importante salientar que esse forte desempenho das exportações vem sendo puxado principalmente por alguns produtos que são especialidades brasileiras, os "carros chefe".

Além disso, somando-se as exportações de produtos do reino animal e vegetal do ano de 2022 tem-se que estas duas únicas seções isoladas representam 29% de todo o total das exportações. Fazendo-se o comparativo do ano de 2000, temos neste período de tempo as exportações destas duas seções representavam somente 11% do total das exportações. O aumento da participação destes grupos teve um aumento então próximo de 263%.

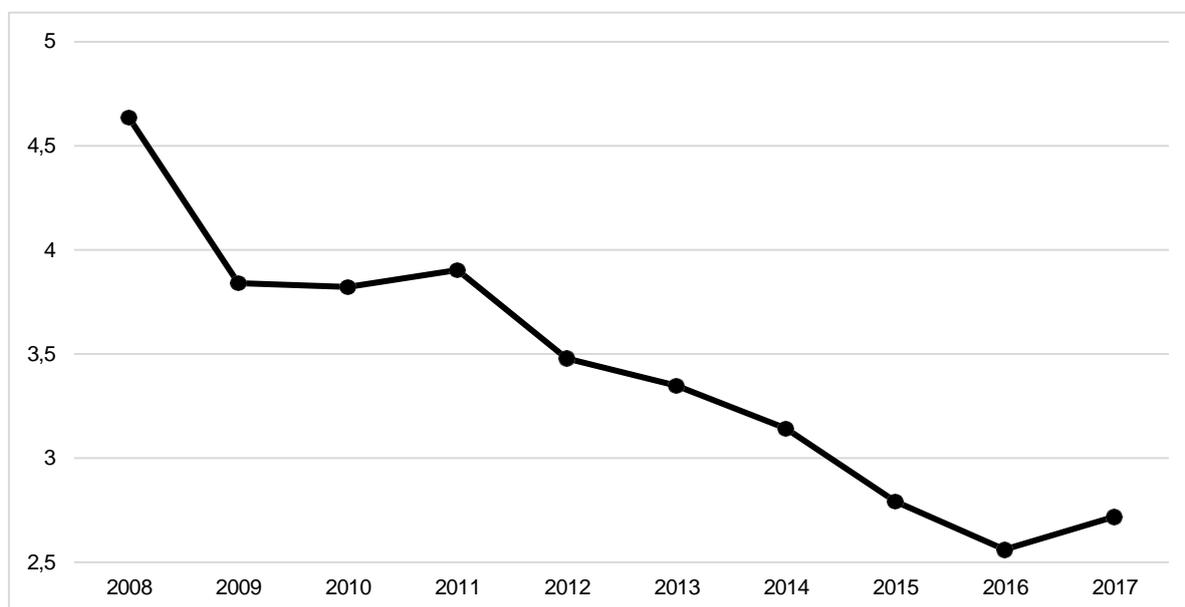
Gráfico 10 Exportações da Classificação por Grande Categorias Econômicas (CGCE) de códigos 210 (Alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria), 230 (Insumos industriais básicos), 322 (Bens de consumo não duráveis), 323 (Alimentos e bebidas bás básicos, destinados principalmente ao consumo doméstico) e 410 (Combustíveis e lubrificantes básicos). Código e Seção II. 1999 – 2022. Valor na modalidade FOB e moeda dólar.



Fonte: ComexStat, vários anos. **Elaboração:** formulação própria.

O gráfico acima já demonstra que apesar de conter apenas grandes categorias de setores de matérias primas, existe elasticidade nas exportações desses produtos. Dentre os produtos, é necessário destacar o CGCE 410, que são os combustíveis e lubrificantes básicos. Esta classe é muito vulnerável e volátil ao setor externo macroeconômico, portanto por questões de guerras, embargos, decisões de países e empresas, pode ser que sua fabricação e por conseguinte venda acabe oscilando bastante. Além disso, no gráfico são apresentados insumos que são utilizados por indústrias ao redor do mundo, portanto como a grande maioria das *commodities*, seus preços são dolarizados. Tendo o preço dolarizado, em momentos de valorização do real contra o dólar, é notável que a demanda possa ter algum impacto, principalmente no curto prazo, é possível ver isso entre os anos de 2016 e 2017, onde o dólar subiu de preço. Os 5 CGCEs do gráfico representam em 2022 cerca de 54\$ das exportações; de 2002 até 2022 o valor das exportações desses grupos aumentou em 218%.

Gráfico 11 Valor total das exportações dos setores de alta Intensidade tecnológica. 2008 – 2017. Valor na modalidade FOB e em bilhões de dólares.



Fonte: CNI, vários anos. **Elaboração:** formulação própria.

Conforme ilustrado no gráfico anterior, o desempenho das exportações na categoria de alta tecnologia pode ser descrito como extremamente negativo. O valor registrado em 2016 equivale a aproximadamente 58% do valor observado em 2008,

representando uma progressão que pode ser caracterizada como em acentuado declínio. O setor de alta intensidade tecnológica além de perder espaço de representação no % das exportações, vem de fato encolhendo seus números, o que pode confirmar, seguindo as correntes teóricas Novo Desenvolvimentistas e Cepalinas, o fenômeno da desindustrialização.

À medida que a exportação de mercadorias provenientes de empresas com uma maior ênfase em tecnologia aumenta, cresce também a habilidade tecnológica dessas empresas para introduzir produtos com alto valor agregado nos mercados internacionais. Além disso, as exportações têm o potencial de facilitar um processo de aprendizagem, crucial para a inovação da empresa exportadora, ao envolver a interação com fontes externas de conhecimento, como clientes e fornecedores de bens de capital. (CHIARINI; SILVA, 2016, p. 1008).

4.1.4 Taxa de Câmbio

No contexto do novo desenvolvimentismo de Bresser Pereira e da teoria cepalina de Furtado e Prebisch, a taxa de câmbio emerge como a principal ferramenta para o avanço econômico de um país. Juntamente com ela, a taxa de juros, o nível de crédito e os spreads, por si só, adquirem suma importância. Fundamentalmente, essas teorias têm como ponto de partida um modelo de crescimento no qual o motor principal da economia é representado pelas exportações, notadamente as de bens manufaturados, impulsionando, como resultado, a assimilação do progresso tecnológico. A taxa de câmbio figura como o fator primordial para o êxito deste paradigma e, conforme indicado pelos autores, o governo deve mantê-la em um patamar que torne a indústria competitiva no cenário global. De acordo com Bresser Pereira (2005), uma taxa de câmbio real competitiva deve ser preservada a médio e longo prazo para estimular a indústria de transformação.

Autores diversos de teorias desenvolvimentistas, também afirmam que essa estratégia fiscal cria um cenário macroeconômico caracterizado pela manutenção da estabilidade dos preços propícia à equitativa distribuição da renda em um horizonte temporal extenso. Permitindo que o Banco Central adote uma abordagem monetária com taxas de juros reduzidas, impulsionando, igualmente a longo prazo, um vigoroso crescimento econômico.

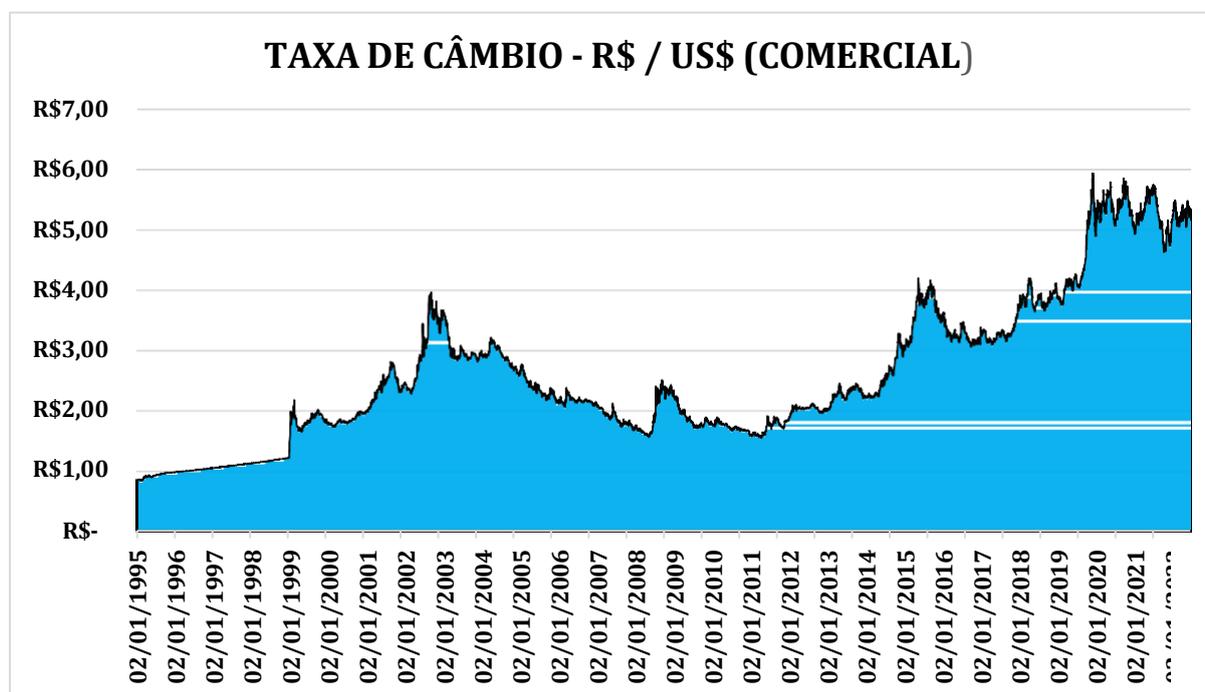
Não é redundante mencionar a influência exercida por uma taxa de câmbio proporcionalmente valorizada entre 1995 e 1998, intensificando a competição e compelindo as empresas a participarem ativamente desse cenário. O aumento da rivalidade, tanto no âmbito interno quanto

externo, decorrente da abertura nos setores comercial e financeiro; a privatização em certos segmentos industriais; e a implementação de novas abordagens na gestão da produção, modernização de práticas gerenciais, entre outras medidas, contribuíram para uma otimização mais eficaz da mão de obra e ganhos de produtividade. Vale ressaltar também o impacto exercido por uma taxa de câmbio relativamente apreciada entre 1995 e 1998, intensificando ainda mais a competição. (BONELLI, 2005, p. 15-23).

Conforme mencionado por Bonelli (2005), embora a sobrevalorização da moeda e, principalmente, a abertura comercial tenham prejudicado, a curto prazo, a indústria doméstica, esses fatores se mostrariam benéficos a longo prazo, "forçando" a indústria nacional a evoluir. A partir dessa interpretação, esses elementos, em especial a liberalização comercial, incentivaram a indústria doméstica a elevar seu padrão de concorrência, impulsionando ganhos de produtividade, especialmente porque até a década de 1980, a competição era restrita, devido ao protecionismo exacerbado que estava em vigor até então.

Abaixo gráfico da taxa de câmbio do real brasileiro contra o dólar americano ao longo dos anos. É possível verificar que existem bastante flutuações de mercado em momentos de troca política interna brasileira, e também com acontecimentos marcantes no cenário macro econômico, como por exemplo a crise financeira de 2018. É notável também que desde 2011 o real segue perdendo valor contra o dólar, ou seja, se desvalorizando perante o par.

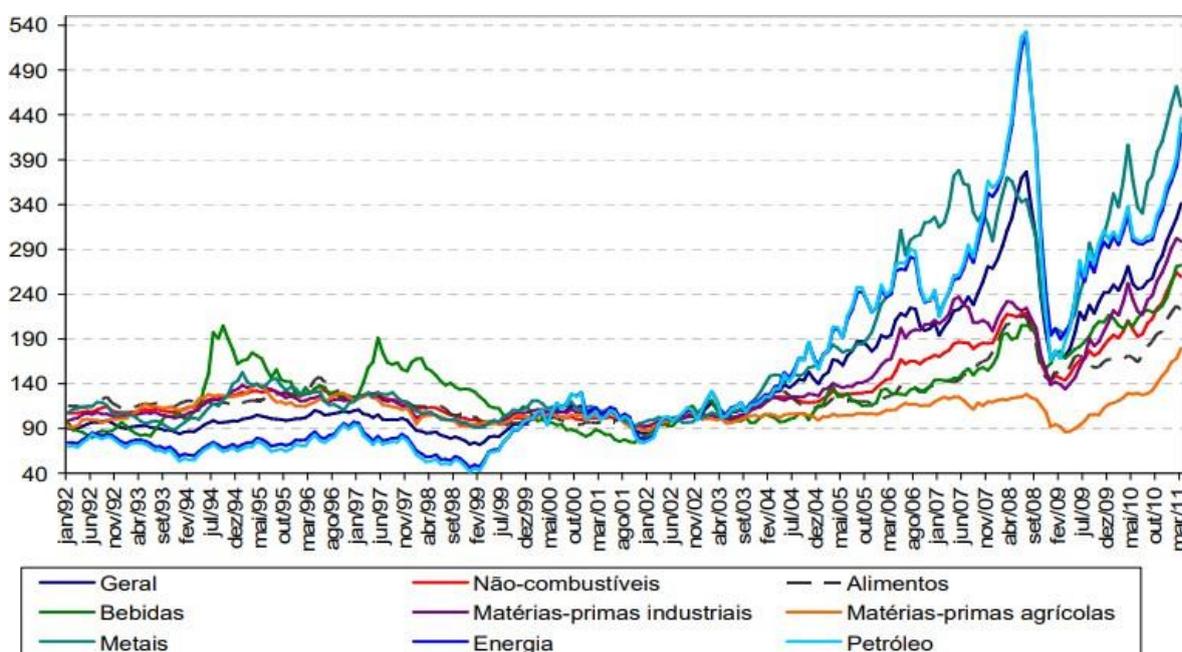
Gráfico 12 Taxa de câmbio. 1995 – 2022. Taxa comercial, reais (R\$) x dólares (US\$)



Fonte: IPEA, vários anos. **Elaboração:** formulação própria.

O gráfico abaixo mostra o comportamento do preço das *commodities* a nível mundial. As *commodities* são dolarizadas, portanto seu valor ao redor do mundo pode variar um pouco, porém tender a ser praticamente o mesmo. O gráfico mostra a oscilação dos principais subíndices do segmento.

Gráfico 13 Subíndices de preços das *Commodities*. 1992 – 2011. Preço em dólares.

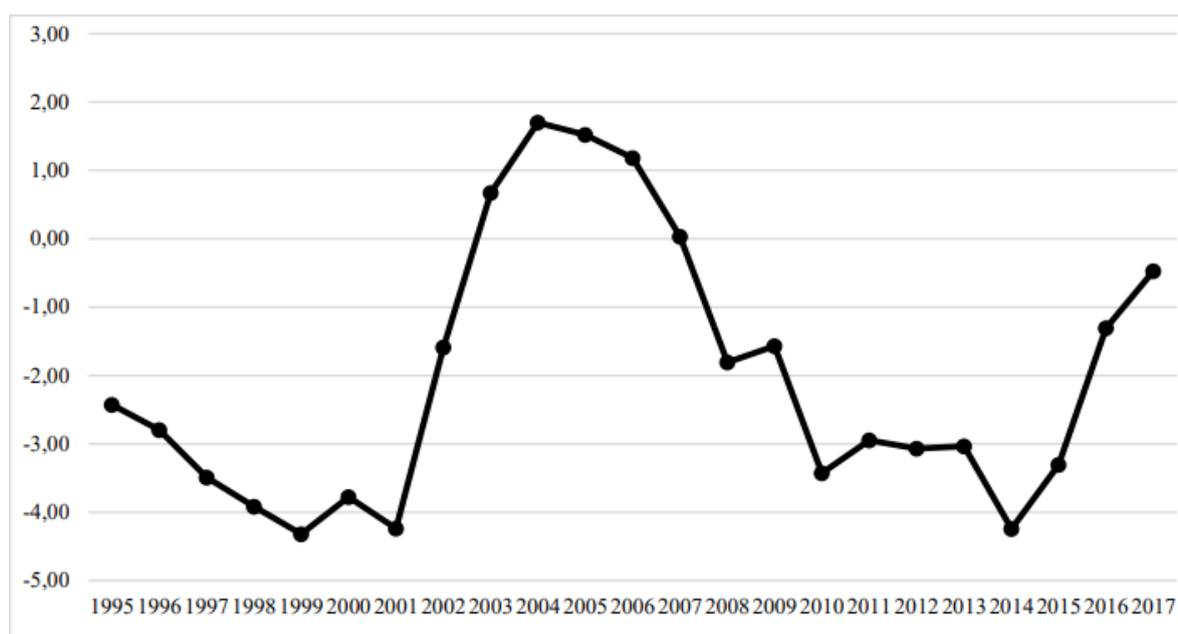


Fonte: FMI, vários anos. **Elaboração:** ApexBrasil. As Exportações Brasileiras e os Ciclos de *Commodities*: tendências recentes e perspectivas (2011).

Fica perceptível com o gráfico acima, a sensibilidade do preço das *commodities* à nível mundial. É perceptível que o preço das mesmas tende a ficar estressado, ou seja, sobe quando ocorre alguma crise ou evento de maior repercussão muito rápido, e acaba também caindo na mesma velocidade, é possível verificar isso nos anos de 2007 e 2008 com clareza. Essa oscilação pode ser benéfica em alguns momentos para países exportadores de *commodities*, mas ao mesmo tempo acaba sendo prejudicial para estes em outros, pois a variação muito rápida acaba “pegando” o setor desprevenido. No mesmo sentido, com uma oscilação muito grande, acaba sendo difícil de se fazer projeções de lucros, e para as empresas que dependem destes insumos, a tarefa de estoque e precificação de produtos se torna muito árdua.

O gráfico abaixo mostra as Transações Correntes⁶ do Brasil. A conta de transações correntes faz parte do Balanço de Pagamento⁷. Nas transações correntes estão incluídas as contas: balança comercial, balança de serviços, balança de renda primária, balança de renda secundária e transferências unilaterais (por exemplo, o recebimento de dólares que brasileiros que trabalham no exterior mandam para os seus parentes e o que estrangeiros que trabalham no Brasil mandam para seus parentes nos seus países).

Gráfico 14 Transações correntes do Brasil em termos % ao PIB. 1995 – 2017.



Fonte: CNI, vários anos. **Elaboração:** formulação própria

Por meio do Gráfico, que exhibe o equilíbrio das transações correntes como fração do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil durante o período de 1995 a 2017, fica

⁶ Conforme os escritos de Souza (2008) e disponíveis no site da IPEA, na categoria das transações correntes do balanço de pagamentos são lançadas todas as transações comerciais de um país no comércio exterior. Ela reúne a balança comercial (exportações e importações) e a balança de serviços (transportes, seguros, remessas e recebimento de juros e lucros, rendas e transações unilaterais). O saldo em conta corrente é visto de várias formas: indica se os habitantes de um país estão concedendo ou tomando empréstimos do resto do mundo; o déficit menos o investimento estrangeiro líquido mostra a necessidade de financiamento externo; modelos pós-keynesiano e estruturalista consideram o déficit em conta corrente como uma das principais restrições ao crescimento econômico; outros interpretam que o déficit, ao contrário, pode resultar de expectativas otimistas sobre o crescimento econômico futuro. Para mais detalhes, ver Souza (2008), IPEA.

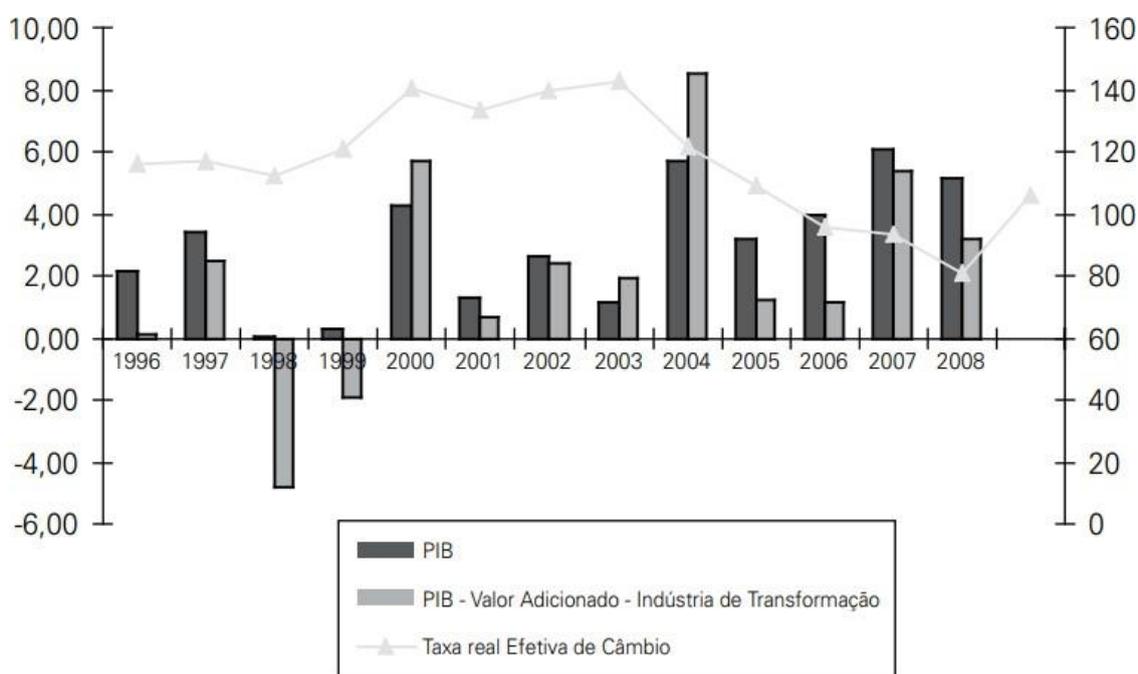
⁷ Conforme os escritos de Souza (2008) e disponíveis no site da IPEA, o balanço de pagamentos é o registro sistemático das transações econômicas realizadas, durante determinado período de tempo, entre residentes e não-residentes de um país. A estrutura do Balanço, de acordo com o autor, é dividida entre as seguintes contas: transações correntes, conta capital, conta financeira, erros e omissões. Para mais detalhes, ver Souza (2008), IPEA.

claro que apenas nos anos caracterizados pelo alto valor das *commodities* o Brasil demonstrou um superávit. Em todos os outros anos, observaram-se resultados negativos. Conforme a abordagem de autores da escola do Novo Desenvolvimentismo, isso se revela prejudicial para a nação, uma vez que o Banco Central se encontra obrigado a financiar esses déficits mantendo taxas de juros elevadas para fomentar a entrada de moedas estrangeiras, efetuada por meio da conta de capital e financeira. Ao manter a taxa de câmbio em um patamar que confira competitividade ao setor industrial, resolve-se a questão do déficit na conta corrente, o que permite a redução das taxas de juros, um ponto de extrema importância.

A falta de competitividade da indústria brasileira deriva da valorização excessiva da moeda causada pela síndrome holandesa. Nessa conjuntura, a indústria do Brasil enfrenta dificuldades para rivalizar nos mercados globais, resultando em uma baixa taxa de exportação. Além disso, a supervalorização da moeda impede a indústria brasileira de competir efetivamente no mercado interno, a menos que seja sustentada por níveis significativos de proteção comercial. Assim, tanto a proteção comercial quanto a inclinação para o mercado interno na indústria nacional são ambas consequências dos efeitos da síndrome holandesa sobre a taxa de câmbio. (OREIRO, 2018)

Entretanto, Schwartzman (2009) defende que as alterações ocorridas a partir da década de 1990 não prejudicaram a indústria, mas sim a beneficiaram. O câmbio valorizado, em particular, facilitou a importação de bens de capital e insumos tecnologicamente avançados, tornando a indústria nacional mais competitiva. Em outras palavras, o impacto da competição com o mercado externo, resultante da abertura comercial, como causa do declínio de muitas instalações da indústria nacional, não é um elemento significativo nessa perspectiva; é apenas uma das ramificações da livre concorrência.

Gráfico 15 Taxa de crescimento do PIB e da Indústria de Transformação (%) e Taxa Real Efetiva de Câmbio. 1996-2008.



Fonte: IBGE, vários anos. **Elaboração:** Oreiro, José Luis; Feijó, Carmem. Revista de Economia Política, vol. 30. (2010).

No gráfico anterior, são exibidas as variações nas taxas de expansão da indústria e do Produto Interno Bruto (PIB), assim como a taxa efetiva real de câmbio. É notável que em meramente três anos, a taxa de crescimento da indústria ultrapassou a do PIB: 2000, 2003 e 2004. Em todos os outros anos, o PIB avançou em um ritmo superior ao incremento do valor adicionado pela indústria de transformação, indicando, dessa forma, uma continuidade na perda de dinamismo da indústria após o ano de 1995. Também é evidenciado que a substancial valorização da taxa efetiva real de câmbio no período de 2004 a 2008 coincidiu com a diminuição da vitalidade da indústria de transformação em relação ao restante da economia brasileira. Com efeito, entre 2005 e 2008, a taxa de crescimento do valor adicionado pela indústria de transformação permaneceu sistematicamente inferior à taxa de crescimento do PIB. Esse movimento foi acompanhado por um fortalecimento do câmbio real.

Analisando os gráficos apresentados acima e considerando os valores neles evidenciados, é perceptível que, no contexto da taxa de câmbio dos últimos anos, o país começa a registrar superávits na conta corrente. Portanto, é notável ressaltar, como Bresser já apontou, entre todas as variáveis, a manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada está entre os principais fatores causadores da desindustrialização.

4.2 Considerações Finais do Capítulo

O propósito deste presente capítulo consistiu em investigar a possível manifestação do fenômeno de desindustrialização no Brasil por meio de diversos indicadores. Para apresentar os dados, foram empregados gráficos diversos, que, além de terem fornecido os dados, facilitaram a compreensão das cifras. Com base nos resultados obtidos ao longo deste capítulo, é justificável elaborar algumas conclusões acerca do processo de desindustrialização no Brasil.

A inserção das exportações de produtos industrializados do Brasil é limitada e frágil, apoiando-se em uma notável especialização nas exportações de produtos de reduzido e médio-baixo teor tecnológico, fundamentalmente *commodities*. De acordo com Chiarini e Silva (2016), o país incorporou internamente tecnologias modernas, mas não conseguiu acrescentar tecnologia superior aos produtos fabricados aqui e agregar valor a eles para inserção no mercado global.

Novamente, com base nos dados apresentados nesta seção, é perceptível que a indústria de alta intensidade tecnológica exhibe indícios de desindustrialização devido à quebra de vínculos ao longo das cadeias produtivas e à substituição do produto final nacional pelo importado. Podemos corroborar essa questão através da redução da participação da indústria no PIB e do aumento das importações de manufaturados, juntamente com o substancial aumento das exportações de produtos de baixa tecnologia. No entanto, neste último caso, os indicadores são notavelmente mais significativos, pois a desindustrialização relativa parece afetar este segmento com uma intensidade maior, uma vez que possui maior teor tecnológico do que os setores anteriores. Em suma, a desindustrialização apresenta sinais mais expressivos nos setores mais avançados.

De maneira geral, a contribuição da indústria brasileira para esses setores de alta tecnologia em um período recente é bastante limitada. Em 2016, o Brasil respondeu por apenas 0,5% do valor adicionado global nesses setores, enquanto a China e os Estados Unidos lideraram com 28,0% e 21,7%, respectivamente, do total global, de acordo com informações da Carta edição 920 do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), publicada em 2019. Nos países da OCDE, esses setores representam produtos de alta tecnologia resultantes de substanciais investimentos em pesquisa e desenvolvimento, enquanto na China, foram utilizados como parte do processo de industrialização em curso (IEDI, 2019).

O aumento da demanda nacional por bens manufaturados não foi atendido pela indústria local, e foi satisfeito por meio de um incremento nas importações. Esse movimento se intensificou após a crise de 2008, configurando uma ampliação da especialização. Portanto, em um cenário possível em que ocorre a diminuição da parcela da indústria de transformação no PIB e a balança comercial de *commodities* se torna cada vez mais superavitária, ao mesmo tempo em que a balança de produtos manufaturados se torna cada vez mais deficitária, esses indícios deixam claro que a desindustrialização é provocada pela chamada doença holandesa (Oreiro; Feijó, 2010).

Autores como Bresser Pereira já destacavam que o Brasil vem passando por um processo de desindustrialização há décadas, e a principal razão para esse processo, segundo ele, é a denominada "doença holandesa". Esse fenômeno foi debatido na Holanda na década de 1960, quando uma vasta reserva de gás natural foi descoberta e o país optou por exportar esse produto de baixo valor agregado devido à sua facilidade de produção em comparação com produtos manufaturados. Como resultado, o país experimentou uma apreciação significativa de sua moeda, e a indústria de manufaturados foi seriamente ameaçada, quase sendo dizimada (Bresser Pereira, 2008).

A síndrome holandesa é a narrativa de uma valorização persistente da moeda de uma nação, resultante da exploração de recursos abundantes e acessíveis, cuja produção e exportação são condizentes com uma taxa de câmbio significativamente mais alta do que aquela que torna internacionalmente competitivas as outras empresas que operam no comércio de bens, utilizando a tecnologia mais avançada

disponível globalmente. Este é um fenômeno estrutural que impõe desafios à industrialização, ou, se mitigado e o país conseguiu se industrializar, mas posteriormente retrocedeu nesse processo, induz a desindustrialização. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 3-5)

É perceptível que em nações que enfrentam a doença holandesa, o seguinte padrão se evidencia: durante períodos de tendência de alta nos preços das *commodities*, o país cresce por meio de exportações, alcançando estabilidade nos preços (baixa inflação) devido à significativa entrada de moedas estrangeiras, resultando em apreciação da moeda nacional. O desafio surge quando o cenário inverso ocorre: os preços das *commodities* desaceleram e geram uma situação de estagflação, caracterizada por um crescimento fraco e inflação persistente. Para evitar essa volatilidade no crescimento ao longo do tempo e interromper o processo de desindustrialização experimentado pelo Brasil, esta abordagem propõe que o governo implemente uma política cambial que estabeleça um patamar favorável para esta variável, conferindo competitividade à indústria no cenário internacional e neutralizando a doença holandesa.

Já a literatura convencional ortodoxa, como a do autor Rowthorn (1999), caracteriza esse fenômeno de desindustrialização como inerente a economias maduras. Ou seja, em um país onde o rendimento per capita já atingiu um nível considerado elevado, é esperado que, com o tempo, a responsividade da demanda por produtos industrializados à renda diminua, resultando, como resultado direto, em uma redução na procura por produtos da indústria. Outro aspecto a ser considerado, sem excluir o anterior, diz respeito ao emprego industrial: em certas nações, a produtividade no setor industrial pode já ter alcançado um patamar elevado, seja devido a economias de escala, alta eficiência por trabalhador ou devido a avanços tecnológicos. Isso naturalmente levaria à transferência da força de trabalho da indústria para outros setores (principalmente serviços). Nesse cenário, o emprego gerado pela indústria de transformação declina, e, nesses contextos, a desindustrialização é interpretada como um processo "favorável" (Rowthorn; Ramaswamy, 1999). Entretanto, em algumas nações, esse processo começa quando o rendimento per capita do país ainda está abaixo do patamar de economias consideradas desenvolvidas ou mesmo quando a produtividade é relativamente

baixa. Dado que o nível de emprego está longe do pleno emprego, essa situação pode apresentar aspectos prejudiciais, e é razoável supor que o processo ocorre precocemente, sendo, nesses casos, rotulado como "desfavorável" (Oreiro; Feijó, 2010).

Após a análise dos resultados apresentados neste capítulo, é possível afirmar que, de maneira global, a desindustrialização relativa afeta praticamente todos os segmentos da indústria de transformação brasileira. Os maiores aumentos nos coeficientes foram registrados nos setores de média-alta intensidade tecnológica. Consequentemente, fica evidente que os maiores desafios para reverter esse processo inevitavelmente envolverão esforços destinados a reduzir a incapacidade da indústria nacional de obter resultados superiores nos segmentos que demandam maiores investimentos em inovação.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, esta presente monografia se propôs a analisar as mais distintas características da indústria brasileira, focando nos processos de desindustrialização e reprimarização. Servindo como orientação para a elaboração da pesquisa, o pressuposto de que o processo de desindustrialização deve ser encarado como um processo nocivo e que prejudica o crescimento econômico no longo prazo foi ancorado como ponto central da problematização do trabalho. Neste sentido, o objetivo específico levantado do estudo foi o de analisar se o processo de desindustrialização e reprimarização estariam ocorrendo realmente no Brasil. A discussão teórica e conceitual foi, portanto, a respeito do termo “desindustrialização”, e a relação do mesmo com o conceito de “re-primarização”, juntando as pautas de exportações e câmbio”. A hipótese central levantada foi a de que existe o processo de desindustrialização e existe a reprimarização, e que de a reprimarização está acarretando e acelerando a desindustrialização. Na sequência foram analisadas as possíveis causas e consequências do processo de desindustrialização. Além disso, serviram como direção para o estudo, pesquisas envolvendo diversas fontes de informação, contando com uma diversidade ampla de autores e dados.

O primeiro objetivo específico desta pesquisa foi elaborar uma metodologia adequada e referencial teórico rico em informações e de qualidade. Para isso, foram apresentados no segundo capítulo a teoria Cepalina e do Novo Desenvolvimentismo, os conceitos e ideias de cada um dos autores das teorias foi evidenciado ao longo desta parte da monografia, justamente para diferenciar suas constatações e proposições a respeito da industrialização e desindustrialização no Brasil, além de conceitos econômicos, que por sua vez, embasarão boa parte da análise dos dados. Neste mesmo capítulo foram conceituados tópicos importantes para o trabalho, principalmente na área que tange a especificidade da indústria: a Industrialização e Desindustrialização, além das causas e impactos dessa última na economia. Os conceitos foram relevantes na análise do tema, uma vez que oferecem contribuições tanto política, econômicas e também do ponto de vista das relações internacionais, e estas oferecem suporte para as análises seguintes, principalmente no quarto capítulo.

O segundo objetivo foi de trazer a conjectura do setor agrário brasileiro, focando então no assunto de reprimarização. Para isso, foram desenvolvidos os temas do comércio exterior, setor agrário brasileiro focado nas exportações, câmbio e as ligações destes para com a indústria. Neste terceiro capítulo, assim como no anterior, a teoria utilizada para análise e estudo foi introduzida e explicada, sendo ela útil para o entendimento de afirmativas sobre assunto. Este capítulo foi importante para contextualizar ao leitor as características de ferramentas econômicas como juros e câmbio que possuem impacto direto na indústria e exportação de produtos agrários, além de posicionar o mesmo no atual cenário que se encontra o país no termos citados acima.

O terceiro ponto da monografia, que consta no quarto e último capítulo, foi justamente o de buscar avaliar dados da indústria nacional de maneira agregada, ou seja, através de uma série de indicadores. Com estes, buscou-se demonstrar se eles constataam, ou não, que o Brasil esteja passando por um processo de desindustrialização. É justamente nesta parte do trabalho em que se faz a análise dos números das importações brasileiras de produtos de valor agregado, das exportações de setores de baixa valor agregado, da participação da indústria de transformação no PIB e também do comportamento da taxa de câmbio ao longo dos anos. Este capítulo é justamente o desenvolvimento do material teórico até aqui abordado, usando como base o somatório de dados obtidos sobre a economia brasileira. Aqui os capítulos anteriormente escritos ajudam ao leitor entender e compreender os dados, podendo este ter uma visão sobre o que os gráficos estavam apontando, o que os resultados destes dizem a respeito da industrialização do país.

A primeira seção do quarto capítulo além de explicar conceitos importantes sobre a desindustrialização e reprimarização no Brasil, traz ao leitor, um esboço do que seriam as próximas seções. Os seguintes trechos, embora apresentem algumas semelhanças com alguns estudos já realizados, de maneira geral, contêm pontos singulares que poucos trabalhos desenvolveram até agora. O diferencial é a maneira com que a desindustrialização é tratada, isto é, a desindustrialização não é encarada como um processo homogêneo, mas sim complexo, que pode ser observado em vários formatos e estes formatos podem apresentar intensidades e graus de severidade diferenciados em determinados setores da economia.

A segunda parte do desenvolvimento do quarto capítulo é de excepcional importância para o desenvolvimento de uma compreensão conjuntural dos eventos analisados nos capítulos e seções anteriores. Destacam-se aqui, os números apresentados e visíveis nos levantamentos de dados. Sinais muito fortes, conforme a literatura até aqui vista, de desindustrialização são levantados. Temos as primeiras amostrados onde o percentual da participação da Indústria de Transformação no PIB vem encolhendo desde 1985 e também que a participação do setor agrícola no PIB vem aumentando desde 2013. Seguindo nesta lógica, temos os números de importações de bens de consumo duráveis, que mostram o aumento significativo da negociação brasileira dos mesmos; nesta mesma seção temos os dados da penetração da importação de produtos da indústria de média-alta e alta intensidade tecnológica, que teve resultado parecido com o citado anteriormente, ou seja, aumento significativo. Após isso, obtem-se os resultados das exportações de produtos e bens de baixa intensidade. Estes números mostram que as exportações brasileiras vem crescendo anualmente, principalmente as de produtos do reino vegetal, animal e de bens de baixa intensidade tecnológica, onde se enquadram as *commodities* como um todo. Porém, quando analisamos as exportações de produtos que necessitam de transformação industrial, somos apresentados à numeros que vem caindo anualmente desde 2008. Em termos de câmbio, percebe-se a desvalorização do real frente ao dólar ao longo do tempo, principalmente nos últimos anos de análise, o que é benéfico para as exportações. Já no saldo de transações correntes percebe-se que o Brasil é um país que consegue ter um saldo superavitário em períodos que as *commodities* estão valorizadas no mercado internacional, mas possui déficit em momentos em que não estão, mostrando a dependência na alta dos preços desses produtos no mercado internacional.

Cada subseção da monografia contribuiu para aferir as hipóteses previamente estabelecidas. Nota-se que a indústria de transformação brasileira não apresenta resultados crescentes, pelo contrário, vem cada vez mais perdendo seu espaço na economia do país. É possível notar o início de uma trajetória que fica marcada a perda de dinamismo produtivo e, conforme os autores com foco de estudo na indústria citados no trabalho, também pela perda de competitividade da indústria nacional. Ao longo dos últimos quinze anos os países concorrentes do Brasil aumentaram sua

competitividade industrial e fortaleceram suas economias por meio da exploração de economias de escala e inovação.

Autores da vertente do Novo Desenvolvimentismo, como Bresser-Pereira, analisam a desindustrialização do Brasil como sendo resultado da Doença Holandesa. Conforme a escola teórica abordada durante a monografia, a desindustrialização da economia brasileira seria o resultado da “doença holandesa”. Os dados levantados apontam para um aumento da participação das *commodities* e uma redução da participação dos manufaturados no saldo da balança comercial brasileira. Igualmente, ocorreu simultaneamente uma perda relativa de importância da indústria na economia brasileira, sugerindo que a desindustrialização foi o resultado da “doença holandesa”. Este fenômeno estrutural causado pela exploração de recursos abundantes e baratos, cria obstáculos para industrialização ou provoca a desindustrialização.

Em contraposição de muitas análises, olhar somente o Brasil e compará-lo isoladamente com países de bons números industriais pode ser um grande erro. Conforme identificado pela literatura teórica do trabalho, o Brasil, por exemplo, teve o seu processo de industrialização em um ponto do tempo e em condições diferentes de outras nações, portanto é equívoco compará-lo à nações em condições e níveis de desenvolvimento distintos. O ideal seria observar em qual situação se encontra cada nação. O país de idioma português, classifica-se como nação subdesenvolvida e, por isso, ingressa de maneira subordinada no que se refere à competição internacional (cadeias globais de valor), ou seja, devido ao processo de industrialização tardia, o Brasil acabou ingressando de maneira passiva nas cadeias globais de valor, participando com a produção de *commodities*.

Por fim, o desenvolvimento deste trabalho permitiu compreender o caso brasileiro. Com ênfase na literatura nacional existente sobre o tema, no que se refere a esse ponto, a literatura brasileira dos últimos anos apresenta evidências conclusivas a respeito da ocorrência de desindustrialização na economia brasileira. Os dados a respeito da taxa de crescimento da indústria de transformação apontam para a continuidade da perda de importância relativa da indústria brasileira nos últimos anos. Novamente, temos aqui a hipótese levantada no trabalho, onde o setor agro se torna muito atrativo no país, fazendo que a indústria seja esquecida, isso pode gerar

resultados positivos no curto prazo, porém no longo prazo é extremamente prejudicial não só para a economia do país, para para toda a população como um todo.

Reconhecidos os fenômenos de desindustrialização e reprimarização brasileiros, fazem-se necessário maiores pesquisas no âmbito nacional de maneiras de combater estes. Tendo em vista que países com economias agro-exportadoras são frágeis à oscilação dos preços de *commodities* e cotação de moeda, e que também no longo prazo a ausência de uma base industrial acarreta em baixo crescimento e desenvolvimento para o país, é de extrema importância para o governo do Brasil buscar formas e ferramentas de revitalizar a indústria do país. O Estado deve buscar meios de estímulo para empresas de fabricação de produtos de alta-intensidade tecnológica, e principalmente buscar não atrapalhar o setor, diminuindo burocracias, facilitando questões fiscais e trabalhistas. Outro ponto importante, é o de revisão do fomento para o setor agrário brasileiro, que possui uma série alta de benefícios, isenções e programas de estímulos que fazem a economia ser voltada para este segmento.

É notável que o Brasil não tem um projeto de desenvolvimento. Isso ocorre não pelo fato de o Estado não achar importante, ou por que não o considere factível ou qualquer razão diretamente ligada a essa necessidade. O país de fato não tem um projeto por causa da ausência de coesões políticas na sociedade brasileira. Não conseguimos construir esse projeto porque estamos permanentemente atropelados por interesses de prazos muito curtos e imediatistas. Além disso, corrupção, lobbys e a ausência de um projeto (industrialização) leva o Brasil a acumular um atraso e, a partir de um certo nível de atraso, o país aguarda uma “nova solução”, mas que se resume simplesmente em voltar a adotar outra forma imediatista de resultados (foco na pauta agroexportadora de *commodities*), estes movimentos não são sustentáveis. É de responsabilidade de indivíduos, governos e instituições privada a busca por um país melhor. O meio acadêmico, nesse sentido, tem o dever de pontuar e acompanhar processos domésticos, externos e internacionais a fim de ajudar na melhor tomada de decisão no que tange à resoluções das autoridades públicas econômicas e também com pesquisas para a melhora das atividades do iniciativa privada.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. **O Pensamento Econômico da Cepal: Uma Apresentação Didática, O pensamento econômico da CEPAL: uma apresentação didática sobre Economia** Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/sobreeconomia/2020/10/07/o-pensamento-economico-da-cepal-uma-apresentacao-didatica/> (Acessado em 27 de Outubro de 2023).

APEXBRASIL. As Exportações Brasileiras e os Ciclos de Commodities: tendências recentes e perspectivas. Disponível em: www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/5a438c3e-ddd0-4807-8820-a0f6650bd379.pdf Acessado em 08 de Novembro de 2023.

BACHA, E.; BOLLE, M. (Org.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BALASSA, B. **Trade Liberalization and Revealed Comparative Advantage**. Manchester School of Economic and Social Studies, 33, p. 99-123, 1965.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BONELLI, R.; PESSOA, S.; MATOS, S. **Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação**. 2005

BRANCO, Rodrigo dos Santos. **Raul Prebisch e o desenvolvimento econômico Brasileiro recente liderado por Commodities**. SOCIAIS E HUMANAS, SANTA MARIA, v. 26, n. 01, jan/abr 2013, p. 197-216

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (2012) **“A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento”**. 2005 Estudos Avançados, 26 (75): 7-28

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**. Texto para Discussão nº 274. São Paulo: EESP/FGV, Nov. 2010c.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Maldição dos Recursos Naturais**. Opinião Econômica. São Paulo: Folha de São Paulo, 06 jun. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0606200505.htm>. Acesso em 30 de outubro de 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Novo desenvolvimentismo: uma proposta para a economia do Brasil**. Nueva Sociedad. Especial em português. Dez, 2010b.

BRESSER PEREIRA, L. C. **The Dutch disease and it's neutralization: a Ricardian approach**. Em.: Revista de Economia Política, vol. 28, n. 1, São Paulo, jan/mar 2008.

CANAL Agro, Estadão. 2021. **Quais são as principais commodities brasileiras?** - Canal Agro Estadão. [online] Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/quais-sao-as-principais-commodities-brasileiras/> [Acessado em 1 de Outubro de 2021].

CANAL Rural. 2021. **Exportações: agro é o único setor a crescer e salva balança comercial em 2020**. [online] Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/exportacoes-agro-balanca-comercial-2020/> [Acessado em 10 de Agosto de 2021].

CASSANO, F. A. **A teoria e o comércio internacional**. In: “Da Exportação Agrícola à Exportação de Industrializados – Mudanças na Estrutura das Exportações Brasileiras no Período de 1971-82”, 2001.

CEPAL. **Estudio económico de América Latina, 1949**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1003>.

CHANG, H-J. **23 Things They Don't Tell You About Capitalism**. Allen Lane, London, 2010

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 4 ed. Lajeado: Univates 2020.

CHIARINI, T.; SILVA, A. L. G. **Comércio exterior brasileiro de acordo com a intensidade tecnológica dos setores industriais: notas sobre as décadas de 1990 e 2000**. Nova Economia (UFMG. Impresso), v. 26, p. 1007-1051, 2016.

CNI. **Indicadores Econômicos CNI: Séries Históricas**. Números da Indústria. Vários anos. Retirado de: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas/> Acesso em: 29 de setembro de 2023

CNI. **Desempenho do Brasil no índice global de inovação 2011-2017** / Confederação Nacional da Indústria / Confederação Nacional da Indústria, Serviço Social da Indústria, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. -- Brasília: CNI, 2017

COLOMBO, Arthur Osvaldo. **Desindustrialização Brasileira em Perspectiva: Linhas de Pensamento, Formatos e Dinâmica Setorial**. Arthur Osvaldo Colombo. - 2019

COMEX DO BRASIL. 2021. **Em janeiro, Brasil acumula déficit com seus três maiores parceiros comerciais: China, EUA e Alemanha** | Comex do Brasil. [online] Disponível em <<https://www.comexdobrasil.com/em-janeiro-brasil-acumula-deficit-com-seus-tres-maiores-parceiros-comerciais-china-eua-e-alemanha/>> [Acessado em 14 de Novembro de 2021].

COMEXSTAT. **Exportação e Importação Geral**. Vários Anos. Retirado e disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> Acessado em 5 de Outubro de 2023

DELGADO, Guilherme Costa. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. Desenvolvimento em Debate, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 111-125, jan./abr. e maio/ago. 2010.

DORNELES, T., DALAZOANA, F. e SCHLINDWEIN, M., 2021. **Análise do índice de vantagem comparativa revelada para o complexo da soja sul-mato-grossense** [online] [iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br). Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicar/rea2013-1/rea1-1-06f1.pdf>> [Acessado em 15 de Novembro de 2021].

ECONOMIA. 2021. **Exportação focada em commodities cria problemas, diz Ipea**. [online] Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/exportacao-focada-em-commodities-cria-problemas-diz-ipea.html>> [Acessado em 24 de Agosto de 2021].

ECOAGRO. 2023. **Material Publicitário. Oferta Pública Primária da 4ª Emissão de Cotas do EcoAgro I Fundo de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIAGRO – EGAF11**. Disponível em: <https://www.modalmais.com.br/wp-content/uploads/2023/04/eco-agro-material-publicitario.pdf> Acesso em 7 de Setembro de 2023.

FERRAZ, L. P. C.; GUTIERRE, L.; CABRAL, R. **A Indústria Brasileira na era das Cadeias Globais de Valor**. In: Nelson Barbosa; Nelson Marconi; Mauricio Pinheiro; Laura Carvalho. (Org.). Indústria e Desenvolvimento Produtivo No Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, v. 1, p. 203-233

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983

FURTADO, C. **Desarrollo e subdesarrollo**. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinqüenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados. Santiago de Chile: Cepal/Fondo de Cultura, 2000.

FURTADO, Celso. **A Economia Brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961

FURTADO, Celso. **O Subdesenvolvimento Revisitado**. Economia e Sociedade, n. 1. Campinas, ago 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa** . 6 ed. São Paulo: Atlas 2018.

HIRATUKA, C. **Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais**. Campinas: Unicamp. IE, abr. 2017. (Texto para Discussão, 290)

HIRATUKA, C.; SARTI, F. **Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil**. Revista de Economia Política, v. 37, n. 1 (146), p. 189– 207, 2017.

GILBERT, Roy. 1983 **Resenha bibliográfica 1. Celso Furtado: Economia**. Coletânea organizada por Francisco de Oliveira. São Paulo, Ática, 1983.

IBGE. **Pesquisa Industrial Anual** - Empresa. Vários anos. Retirado de: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 de setembro de 2023

IEDI. **O Perfil Setorial do Retrocesso da Indústria Brasileira** Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_920.html (Acessado em 2 de Outubro de 2023).

IPEA. **Produto interno bruto (PIB) real**. Trimestral de 1997 T1 até 2023 T2. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38414> Acessado em 2 de Setembro de 2023.

JUNIOR, Rudinei Toneto. **Estudos sobre a Taxa de Câmbio no Brasil**, 2013. Disponível em: <https://sitediespstorage.blob.core.windows.net/uploads/2014/02/estudos_sobre_a_taxa_d_e_cambio_no_brasil.pdf> [Acessado em 10 de Setembro de 2021].

KRUGMAN, OBSTFELD. **Economia Internacional**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005

KRUGMAN, Paul. R. e OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional - Teoria e Política**, 5° edição, São Paulo: MAKRON Books, 2001.

LEMOS, Ana Amélia; **Os Riscos da Desindustrialização**. - Congresso em Foco. [online] Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/reportagem/os-riscos-da-desindustrializacao/>> [Acessado em 13 de Novembro de 2021].

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

MAIA, S. F.; RODRIGUES, M. B.; SILVA, C. C. **Avaliação do PROEX para obtenção da vantagem comparativa brasileira do setor agrícola brasileiro de 1989-2003, uma avaliação econométrica**. Congresso da sociedade brasileira, economia e sociologia rural, 2004.

MARQUETTI, A. (2002). "**Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998**". Estudos Econômicos, Vol. 32, N.1.

MCKENNA, B. and Guo, J., 2021. **Brasil é um dos países mais sensíveis à desaceleração da economia chinesa, diz Wells Fargo**. [online] Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/09/20/brasil-um-dos-pases-mais-sensveis-desacelerao-da-economia-chinesa-diz-wells-fargo.ghtml>> [Acessado em 15 de Novembro de 2021].

MDIC. **Resultados do Comércio Exterior Brasileiro - Dados Consolidados. Secretaria de Comércio Exterior**. Retirado e disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html
Acessado em 2 de Outubro de 2023

MESQUITA, Benjamin, 2016. **Contribuição Governamental Na Ascensão Do Modelo Agroexportador Do Agronegocio E Suas Consequencias Sociais E Ambientais**. [online] Redalyc.org. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3211/321153853012/html/>> [Acessado em 8 de Novembro de 2021].

MEYER, Tiago Rinaldi; PAULA, Luiz Fernando de. **Taxa de cambio, exportações e balanço comercial no Brasil: uma análise do período 1999-2006**. Análise Econômica. Porto Alegre, v. 27, n.51, p. 187-2019, mar. 2009.

MOORE, Wilbert E. **O impacto da indústria: modernização de sociedades tradicionais**. Tradução: Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MORAES, Isaías Albertin de, 2019. **O pensamento de Celso Furtado sobre Desenvolvimento Econômico e Capital Externo no Brasil: do Estado interventor-empresendedor ao Estado insurgente-vanguardista**. Revista Pesquisa e Debate. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/45901/31561/136551>
Acessado em 30 de Outubro de 2023

MORCEIRO, P. C. **60 segmentos industriais que mais importam insumos e componentes**. 2019 Disponível em: <<https://valoradicionado.wordpress.com/2019/03/06/60-segmentos-industriais-que-mais-importam-insumos-e-componentes/>> Acessado em 25 de setembro de 2023.

NASSIF, A. **Há Evidência de Desindustrialização no Brasil?** Revista de Economia Política, v. 28, n. 1, jan./mar. p. 72-96, 2008.

NASSIF, A., FEIJO, C. E ARAUJO, E. "**Structural change and economic development: is Brazil catching up or falling behind?**", UNCTAD Discussion Paper nº 211. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 2013

OREIRO, J.L; FEIJÓ, C.A. **Desindustrialização: conceitos, causas, efeitos e o caso brasileiro**. In: Revista de Economia Política, vol 30, nº2, abr/jun 2010.

OREIRO, J.L. **A Doença Holandesa, não o grau de abertura comercial, é a causa da baixa competitividade da indústria brasileira**, *Economia, Opinião e Atualidades*, Disponível em: <https://jcoreiro.wordpress.com/2018/05/19/a-doenca-holandesa-nao-o-grau-de-abertura-comercial-e-a-causa-da-baixa-competitividade-da-industria-brasileira/?fb_action_ids=1714614138584968&fb_action_types=news.publishes> Acesso em: 13 de outubro de 2023.

PINHA, L. C.; SIQUEIRA, K. B.; TRAVASSOS, G. F. **Evolução do setor lácteo nos países da América do Sul de 2000 a 2008**. In: XXI CONGRESSO PAN-AMERICANO DO LEITE, 21., 2010, Belo Horizonte.

Portal Embrapa. **Brasil É o quarto maior produtor de Grãos e o maior exportador de Carne Bovina do Mundo, Diz Estudo** Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo> (Acessado em 25 de Outubro de 2023).

Portal FGV. **Indústria de Transformação Brasileira: À beira da extinção (2022)**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/industria-transformacao-brasileira-beira-extincao> (Acessado em 20 de Setembro de 2023).

PORTER, Michael. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 1949.

RICARDO, David (1817). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Oeconomistas”, 1982.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Growth, Trade and Deindustrialization**. IMF Staff Papers, vol.46, nº1. 1999.

RUBIN, Luciane S.; RONDINEL, Ricardo. **Vantagens comparativas e orientação das exportações: estudo do caso do café, do fumo e da soja no período de 1989-2001**. Rila – Revista de Integração Latino-Americana, Santa Maria: UFSM, n. 1, ano 1, 2004

SALVO, M.A. (2023) **Frete CIF E fob: Tudo O Que Você Precisa saber** - *sankhya gestão de negócios*, *Sankhya Gestão de Negócios - Gestão de Negócios*. Disponível em: [https://www.sankhya.com.br/blog/frete-cif-e-fob/#:~:text=FOB%2C%20sigla%20para%20%E2%80%9CFree%20on,o%20ponto%20de%20embarque%20designado](https://www.sankhya.com.br/blog/frete-cif-e-fob/#:~:text=FOB%2C%20sigla%20para%20%E2%80%9CFree%20on,o%20ponto%20de%20embarque%20designado.). (Acessado em 02 de Novembro de 2023).

SAMPAIO, D. P. **Desindustrialização e Estruturas produtivas Regionais no Brasil**. Campinas: Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

SAMPAIO, D. P. **Categorias analíticas para o estudo da desindustrialização brasileira: uma sugestão metodológica em múltiplas escalas espaciais**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica. 12ª Conferência Internacional da História de Empresas, Vitória/ES, 2015.

SCHWARTSMAN, A. (2009). **“Uma Tese com Substâncias”**. Folha de São Paulo, 19 de agosto.

SERRANO, F.; SUMMA, R.. (2014) **Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. Center for Economic and Policy Research.

SILVA FILHO, L. A. ; LOPREATO, F. L. C. . **Comércio internacional brasileiro: Considerações para os setores industriais e de commodities**. Espacios (Caracas), v. 38, p. 10-25, 2017

SILVA, José Aldeir. **A questão da desindustrialização no Brasil**. Economia & Tecnologia, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 45-75, jan/mar. 2014

SOARES, C. C. **Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SOSSA, C. e DUARTE, L., 2021. **Análise da Competitividade Internacional do Agronegócio Brasileiro no período de 2003 a 2013**. [online] Redalyc.org. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/752/75261084005/html/>> [Acessado em 13 de Novembro de 2021].

TERRA. 2021. **Análise: E se o Brasil passar a só exportar matérias-primas?**. [online] Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/analise-e-se-o-brasil-passar-a-so-exportar-materias-primas,8341cc4f755c077f6f4d31a048d0fb0ds3uxxtm6.html#:~:text=Pa%C3%ADs%20exporta%20cada%20vez%20menos,como%20menos%20empregos%20e%20pesquisa.> [Acessado em 12 de Novembro de 2021].

THIRLWALL AP. **The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences**. Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, Vol. 128. 1979

TREGENNA, F. “**Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally**”. Cambridge Journal of Economics, Vol. 33 (3) p. 433- 466, 2009

UNCTAD. **World Development Report**. Genebra, 2019.

WILLIAMSON, John. **A Economia Aberta e a Economia Mundial: Um Texto de Economia Internacional**, 10° Reimpressão, Rio de Janeiro: Campus, 1988.